

Coloco-me diante deste desafio com o intuito de levar a minha experiência como morador da periferia até os 34 anos. Oriundo de família humilde, trabalhei como vendedor de jornal, engraxate, camelô e *office-boy*. Também servi a Polícia Militar de Minas Gerais durante 15 anos e exerço o quinto mandato consecutivo como deputado estadual. Depois de ser eleito deputado, tive a oportunidade de ingressar em uma faculdade. Hoje, sou advogado, pós-graduado em criminalidade e segurança pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Comunicação Social.

Ao me candidatar ao cargo de prefeito de Belo Horizonte, meu único objetivo é dedicar-me, exclusivamente, ao mandato de prefeito para servir a toda a coletividade.

Conheço e vivo BH há 48 anos. Percebo que é preciso cuidar melhor das pessoas. Chegou a hora da administração municipal trabalhar melhor para que todos tenham uma saúde mais humana, que não falte remédio, médicos e enfermeiros para atender os mais humildes. Nossas crianças e adolescentes da periferia têm o direito de praticar o esporte próximo da sua casa. A partir do momento em que entregarmos a esses jovens um campo de futebol, uma quadra multiúso, que possibilite a eles a prática do esporte com a escola de tempo integral, cultura e, ao mesmo tempo, a geração de empregos, faremos uma revolução em nossa juventude com as políticas sociais.

Do outro lado, não dá mais para convivermos com a violência e a criminalidade. O prefeito pode fazer muito mais pela segurança pública através da Guarda Municipal, da BHtrans, da Secretaria de Regulação Urbana, da vigilância sanitária e do código de postura. Em parceria com as polícias civil e militar, vamos devolver a tranquilidade aos moradores de Belo Horizonte. Nosso compromisso é trabalhar, todos os dias, incansavelmente, para cuidar das pessoas!

Sargento Rodrigues

Candidato a prefeito de Belo Horizonte

Edson Pereira

Candidato a vice-prefeito de Belo Horizonte

Sumário

1. Saúde.....	3
Propostas.....	8
2. Educação.....	10
Propostas.....	13
3. Segurança.....	15
Propostas.....	18
4. Mobilidade Urbana.....	20
Propostas.....	24
5. Desenvolvimento Econômico.....	26
Propostas.....	29
6. Cultura.....	31
Propostas.....	33
7. Esporte e Lazer.....	36
Propostas.....	38
8. Políticas Sociais.....	40
Propostas.....	45
9. Meio Ambiente.....	48
Propostas.....	50
10. Direito de Todos.....	52
Propostas.....	55
11. Participação.....	60
Propostas.....	61
12. Gestão Moderna, Eficiente e Transparente.....	63
Propostas.....	64

1. Saúde

A política pública de saúde no Brasil, a partir da sua universalização e descentralização por meio da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), foi capaz de alcançar avanços importantes. Em termos da expansão da oferta de serviços, alcançando a totalidade dos municípios brasileiros, e em termo de indicadores de melhoria da saúde, como a redução da mortalidade infantil (a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos passou de 26,1 em 2001 para 17,7 em 2011), a melhoria da taxa de mortalidade materna (entre 1990 a 2011, caiu em 55%, passando de 141 para 64 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos) e aumento da expectativa de vida ao nascer (alcançou 75,1 anos em 2014, um aumento de 4,8 anos entre 2001 e 2014). Belo Horizonte não ficou para trás: a mortalidade na infância (crianças menores de cinco anos), que no ano de 2000 apresentava uma taxa de 19,1 por mil nascidos vivos, caiu para 11,1 em 2013, e a mortalidade infantil (crianças menores de um ano) caiu de 16,8 por mil nascidos vivos em 2000 para 9,7 em 2013^[1].

No entanto, apesar dos avanços alcançados, ainda há muito a melhorar. A saúde é apontada pelos brasileiros como uma das principais prioridades a ser observada pelo governo. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM), em agosto de 2015, 93% dos brasileiros avaliaram os serviços de saúde no Brasil como péssimos, ruins ou regulares, sendo que cerca de dois em cada dez brasileiros atribuem nota zero para ambos (saúde no Brasil e SUS). Chama atenção que o índice de insatisfação é ainda maior na região sudeste e nas regiões metropolitanas, como é o caso de Belo Horizonte. Esses dados apontam que persistem ainda problemas crônicos relacionados à baixa qualidade dos serviços ofertados, falta de infraestrutura, insuficiência de recursos humanos, grande tempo de espera por consultas e cirurgias, dentre outros.

É preciso pensar a saúde municipal como um atendimento resolutivo, integral e contínuo, significando, em sua essência, que as pessoas saiam do sistema de saúde com seus problemas resolvidos integralmente e que sejam assistidos de maneira contínua e preventiva.

Para traçarmos como atingir esse objetivo, analisamos dados sobre a situação das ofertas da saúde em BH e a partir daí identificamos as principais propostas que serão o foco do nosso governo.

Em relação aos recursos financeiros aplicados na saúde, estudos apontam que nacionalmente o governo federal repassa recursos que correspondem a cerca de 50% dos gastos no setor. Os demais 50% são cobertos pelos municípios e estados. De acordo com legislação vigente, os municípios devem aportar pelo menos 15% de suas receitas na política de saúde. O orçamento de Belo Horizonte de 2016 aponta que atualmente a prefeitura destina 3,9 bilhões de reais para a saúde, sendo que deste valor cerca de 30% são recursos próprios do município e o

restante corresponde a receitas vinculadas (transferidas da união e estado). Os recursos próprios alocados equivalem a aproximadamente 17% da receita ordinária prevista para 2016¹.

Uma análise da evolução dos gastos em saúde em BH, nos últimos 5 anos, mostra um percentual expressivo do gasto total da prefeitura, que somando recursos ordinários e vinculados, destinou-se a essa área de 27,5% em 2011 a 28,8% em 2015. Os dados revelam ainda que houve um crescimento das despesas com Assistência Hospitalar e Ambulatorial, passando de 52,05% para 57,28%, e uma redução das despesas com a Atenção Básica, passando de 6,32% para 4,40%, em 2011 e 2015, respectivamente.

Ainda que os gastos em saúde sejam expressivos, o que a demanda da população revela é que esses recursos precisam ser ampliados e melhor gerenciados, para que de fato gerem um serviço de qualidade, que atenda às necessidades da nossa gente. Para alcançarmos a saúde que queremos em Belo Horizonte, os grandes desafios consistem no aprimoramento da gestão do SUS, com utilização mais eficiente e eficaz dos recursos, e na superação das deficiências de infraestrutura (humana e material) para que os serviços sejam oferecidos à população com qualidade e em tempo oportuno.

Soma-se a isso, por se tratar de um sistema de responsabilidades compartilhadas entre os três entes federados, que outro ponto primordial para promover avanços no sistema de saúde está relacionado à articulação e negociação interfederativa (com o governo federal, estadual e até mesmo entre os municípios vizinhos por meio de pactuações) para garantir o adequado aporte de recursos e avanços normativos que contribuam para a melhoria da gestão dos serviços. Como vem sendo denunciado pela mídia nos últimos meses, o governo estadual e federal têm realizado os repasses com atrasos, prejudicando ainda mais o atendimento prestado aos cidadãos.

Em relação aos serviços existentes, de acordo com dados do DataSUS², há em Belo Horizonte 5.655 estabelecimentos de saúde de caráter público e privado. Destes, temos 159 centros de saúde/unidades básicas de saúde, 30 hospitais especializados, 37 hospitais gerais, 23 hospitais dia, 1 pronto socorro especializado, 9 unidades de pronto atendimento, 21 unidades móveis terrestres (SAMU), 12 Centros de Atenção de Psicossocial (CAPS) e 4 farmácias populares. No município, o sistema de saúde é organizado em 9 distritos sanitários, correspondentes às regionais administrativas e é utilizado o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pela

1 Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2016 (lei nº 10.895, de 30 de dezembro de 2015) e sítio da Prefeitura de Belo Horizonte: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=contaspublicas&tax=12362&lang=pt_BR&pg=6420&taxp=0&.

2 Fonte: Tabet/DataSUS. Acesso em julho de 2016.

própria prefeitura desde 2002, para definição das áreas prioritárias de atuação e do número de equipes de saúde da família para cada Unidade Básica de Saúde.

Em relação à atenção básica, temos em BH uma cobertura de equipes da saúde da família de 83,2%, quando a média em Minas Gerais é de 93,6%. Existem 578 equipes de saúde da família implantadas, porém elas não são suficientes para garantir a cobertura necessária. Ademais, uma pesquisa que analisa o tempo médio que as pessoas precisam percorrer a pé para acessar os centros de saúde na cidade mostrou um acesso bastante reduzido pelo trajeto a pé, sendo mais crítico nas UBS da Regional Barreiro³. A possibilidade de acesso rápido e sem custos de deslocamento é muito importante para garantir o acesso, principalmente das populações mais vulneráveis.

Além disso, identificamos que é necessário gerir e integrar melhor a atenção básica com a atenção especializada de média (consultas especializadas, por exemplo) e alta complexidade (internações hospitalares, por exemplo). Estudos sobre o SUS apontam que o atendimento realizado pela atenção primária à saúde nos centros de saúde e Unidades Básicas de Saúde, muitas vezes, se reduz a realizar encaminhamentos para consultas médicas e realização de exames, sem, contudo, se esgotar as possibilidades diagnósticas na rede básica ou coletar informações mais completas que possibilitem uma intervenção mais qualificada no nível secundário e terciário. A atenção básica acaba, assim, perdendo seu caráter clínico de análise dos casos ao ser incapaz de ver o usuário do serviço de saúde como um todo, apresentando baixa resolutividade.

A insuficiência dos atendimentos clínicos realizados nesse momento pode contribuir ainda para o aumento no tempo de espera por consultas especializadas, pois pode gerar a sobrecarga e custos desnecessários da atenção secundária e terciária com consultas para casos que não exigiriam atendimento especializado e até mesmo com um grande número de faltas às consultas especializadas agendadas, devido à desistência do paciente agendado. Por exemplo, o paciente pode desistir de comparecer à consulta quando se trata de um caso brando, que apresentou melhora até a data da consulta especializada ou ainda por não adesão ao tratamento, por falta de esclarecimentos, dentre outros.

Uma pesquisa realizada na rede de atenção à saúde bucal de BH, por exemplo, identificou que cerca de 39% dos casos atendidos pelo setor especializado de saúde bucal (estomatologia) do Hospital Municipal Odilon Behrens poderiam ter sido atendidos pela atenção básica, e se “acrescentado a esse valor os encaminhados erroneamente e os que não possuíam alterações no momento da consulta, observa-se que mais da metade destes atendimentos seriam passíveis de

³ Fonte: Souza, R.C.F. et al. Viver próximo à saúde em Belo Horizonte. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 325-344, jul 2016.

resolução na atenção básica, o que diminuiria custos hospitalares e o ônus de encaminhamentos desnecessários aos pacientes⁴.

Em relação à atenção especializada, observamos que Belo Horizonte, assim como os municípios brasileiros em geral, enfrentam problemas sérios como a desigualdade de acesso ao atendimento necessário e insatisfação com a qualidade do mesmo. Pesquisa da DataFolha realizada em 2015 revelou que as maiores insatisfações das pessoas que utilizam o SUS estão relacionados à dificuldade de acesso a procedimentos especializados de média e alta complexidade, como exames médicos, dificuldade de obter atendimento domiciliar, insatisfação com o atendimento recebido (aproximadamente sete em cada dez pessoas que buscaram o SUS disseram estar insatisfeitos e atribuíram à rede pública, como um todo, conceitos que vão do péssimo a regular), tempo de espera (para 89% dos entrevistados, esta dimensão merece notas que representam os conceitos péssimo, ruim ou regular) e quantidade insuficiente de médicos.

Sendo assim, propomos um aprimoramento da gestão e da regulação assistencial dos serviços de saúde em BH em que os serviços se articulam de forma sistêmica e centrada no usuário. Para tal, é fundamental a valorização e a capacitação continuada dos profissionais que atuam no nível básico, resgatando a dimensão clínica e humanizada do atendimento ao usuário. Além disso, é importante que seja realizada a reorganização dos fluxos de referência e contrarreferência entre os serviços dos diferentes níveis da rede de atenção à saúde, de modo que em todos eles, o cidadão seja acompanhado de forma integral e continuada.

É necessário, também, aprimorar e intensificar o monitoramento dos diferentes níveis de serviços e unidades de atendimento, desde a atenção básica, com o trabalho de prevenção e promoção da saúde realizado pelas equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde, passando pela média complexidade, com maior acesso às consultas hospitalares e ambulatoriais, até a atenção de alta complexidade, com a diminuição do tempo de espera por cirurgias. O gestor municipal tem responsabilidade de gerir integralmente as ações e os serviços ofertados em seu território, o que significa que ele deve conhecer e acompanhar com frequência o desempenho das unidades de saúde, dos três níveis de complexidade.

Outra questão importante está relacionada à capacidade de atendimento insuficiente na alta complexidade. A superação desses problemas passa pela ampliação do número de leitos hospitalares e do número de médicos. De acordo com dados do DataSUS Belo Horizonte possui hoje cerca de 8.797 leitos⁵, o que corresponde a aproximadamente 3,5 leitos para cada mil

4 Fonte: Barbosa, N.R.A. et al. Análise do perfil de encaminhamentos realizados pela Atenção Básica/Saúde da Família do município de Belo Horizonte ao serviço de Estomatologia do Hospital Municipal Odilon Behrens. In: Arq Odontol, Belo Horizonte, 51(2): 67-75, abr/jun 2015.

5 Fonte: TabnetSUS. Consulta em julho de 2016.

habitantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o número ideal de leitos é entre 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. Nossa cidade possui quantidade de leitos acima da média nacional, de cerca de 2,6, no entanto, tendo em vista a grande demanda local e dos municípios do entorno, entende-se como necessário o aumento dessa disponibilidade.

Outro ponto importante está relacionado à prevenção e ao tratamento do uso de drogas. A questão dos locais de permanente uso de drogas pesadas como o crack, também chamados de “cracolandia”, é tida pela comunidade acadêmica como um problema muito mais relacionado à área de saúde pública, com desdobramentos para área de segurança do que o inverso. Pensando nisso, é importante propor uma política pública de saúde focada no atendimento contínuo e recuperação dessas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, entende-se que é importante, para além das consultas médicas regulares, ter um acompanhamento psicológico de fortalecimento emocional nas áreas consideradas mais críticas, e aumentar as equipes de consultório de rua. Outro ponto importante é ampliar as ações de prevenção e tratamento direcionadas para crianças e adolescentes. Existe hoje apenas uma unidade do CERSAMi - Centro de Referência em Saúde Mental da Infância e Adolescência, insuficiente para atender a demanda.

Precisamos estar atentos ainda às mudanças da nossa população e aos eventos atuais. Com o avanço e consolidação das transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais, novas estratégias se tornam necessárias para o melhor cuidado da saúde das pessoas. A necessidade de um atendimento integral e resolutivo, aliada à tendência observada de envelhecimento populacional, tende a aumentar a demanda por atendimento médico especializado e por exames de complexidade superior que as UPAs e postos de saúde não são capazes de atender. No debate atual, não podemos perder de vista o combate à dengue, zika e chikungunya, que são ainda preocupações importantes para o município. Segundo os dados da Secretaria Municipal de Saúde, divulgados recentemente⁶, há 67.102 casos confirmados em e 20 mortes na capital mineira em 2016.

Outra questão importante está relacionada ao caráter metropolitano de BH. Uma vez que nossa cidade se comporta como uma metrópole, referência, inclusive, para várias especialidades médicas no setor público e privado de saúde, ela recebe uma quantidade expressiva de pessoas para realização de exames, consultas especializadas e procedimentos de média e alta complexidade. Isso torna mais complexa a gestão e a resolução dos problemas enfrentados. Uma proposta da atual gestão que será analisada e possivelmente mantida é a criação do Programa *BH Health Tour*, para estimular o chamado “turismo médico”, que inclui tratamentos neurológicos,

cirurgia geral, bariátrica, oftalmológica, procedimentos estéticos, dentre outros, e tem potencial para atrair especialistas e qualificar o serviço de saúde privado da cidade.

Por fim, lembramos que a saúde hoje deixou de ser vista apenas como ausência de doenças, passando a ser considerada também como bem-estar. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a saúde corresponde ao “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez”. Sendo assim, são fundamentais ações que considerem os cidadãos em sua integralidade, como seres biológicos, psicossociais e afetivos, respeitando suas especificidades de ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, fase adulta e velhice), de gênero, raça e etnia, deficiências. A política de saúde deve então estar integrada com ações de outras políticas sociais, destacadamente, a política de educação e a política de esportes e lazer, buscando a promoção de uma vida ativa, alimentação e hábitos saudáveis, promoção do autocuidado, e, claro, melhoria da qualidade de vida.

Para garantir uma atenção integral à saúde da nossa gente, propomos então ações voltadas para cada um dos pontos abordados acima:

Propostas:

1. Ampliar a cobertura das equipes de saúde da família, principalmente, nos territórios de maior vulnerabilidade social.
2. Aprimorar as ações de atenção primária à saúde por meio da Estratégia Saúde da Família e dos Centros de Saúde distribuídos nas nove regionais, resgatando a dimensão clínica dos atendimentos realizados e aumentando seu nível de resolução dos casos.
3. Monitorar, gerir e integrar melhor a atenção básica com a atenção especializada de média (consultas especializadas, por exemplo) e alta complexidade (internações hospitalares, por exemplo).
4. Reduzir o tempo de espera por cirurgias, por meio da intensificação do monitoramento e melhoria da gestão de vagas de leitos.
5. Reduzir o tempo de espera de consultas e exames especializados aos usuários do SUS, por meio de melhoria dos sistemas de agendamento e do Centro Diagnóstico e da realização de mutirões.
6. Garantir o funcionamento de 100% da capacidade de atendimento do Hospital do Barreiro (Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro) - unidade foi inaugurada em dezembro de 2015, porém atualmente opera apenas com 10% de sua capacidade de atendimento ⁷.
7. Criar dois novos hospitais regionais além do Barreiro, sendo um em Venda Nova e outro na região Noroeste da cidade, ampliando o nº de leitos e a capacidade de realização de cirurgias.
8. Aprimorar ações de vigilância em saúde e saúde do trabalhador.

⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/06/hospital-do-barreiro-opera-com-10-da-capacidade-dizem-deputados.html> .

9. Potencializar as ações de prevenção e combate ao uso de drogas, por meio da implantação de novos Centros de Referência em Saúde Mental, Álcool e outras drogas (CERSAM-AD), da ampliação das equipes de consultório de rua, voltadas para o atendimento da população de rua, e da ampliação das vagas em residências terapêuticas especiais.
10. Implantar mais uma unidade do CERSAMi - Centro de Referência em Saúde Mental da Infância e Adolescência.
11. Ampliar as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* por meio de campanhas de sensibilização da população na mídia e nas escolas (por meio do Programa Saúde na Escola), ampliação das inspeções de domicílios e instalações públicas e privadas urbanas, intensificação de visitas de controle do mosquito.
12. Fortalecer e criar novas ações de promoção da saúde, na perspectiva da busca por uma vida ativa e saudável, com campanhas e palestras sobre alimentação saudável nas escolas, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão, diabetes), prática de exercícios físicos, dentre outras.
13. Desenvolver práticas de Promoção de Saúde por meio das Academias da Cidade, Liang Gong
14. e Núcleo de Apoio ao Programa da Saúde a Família (NASF).
15. Ampliar a divulgação dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional da cidade.
16. Melhorar o gerenciamento da capacidade de atendimento da rede pública por meio de investimento em tecnologia e informação para aprimoramento dos diversos sistemas de gestão existentes e da integração entre a gestão dos sistemas municipais e nacionais.
17. Ampliar o serviço de Atenção Domiciliar: a tendência de envelhecimento da população e a estratégia de evitar as hospitalizações desnecessárias apontam para a importância desse serviço.
18. Finalizar a construção da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, em Venda Nova.
19. Ampliar a distribuição gratuita de medicamentos nas nove farmácias populares existentes e implantar programa de envio dos medicamentos pelo correio para facilitar e dar maior comodidade à população.
20. Criar um programa de uso racional de medicamentos por meio das farmácias populares e em parceria com o setor privado.
21. Intensificar ações de valorização dos trabalhadores do SUS com capacitação continuada.
22. Dar continuidade ao Programa *BH Health Tour* que inclui tratamentos neurológicos, cirurgia geral, bariátrica, oftalmológica, procedimentos estéticos, dentre outros.
23. Realizar parceria com universidades e profissionais de saúde para orientar a utilização de academias populares.
24. Criar banheiros públicos em locais de grande circulação.

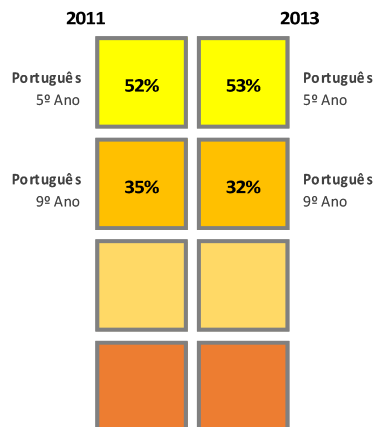
2. Educação

Nos últimos anos, a Educação foi tida como uma das prioridades pelo Governo Municipal. Dentre as principais ações nessa área está o forte investimento na expansão da oferta de educação infantil, para crianças entre as idades de 0 e 6 anos. O mais expressivo investimento foi realizado na ampliação de vagas nas Unidades Municipais de Educação Infantil, as Umeis, que hoje são consideradas escolas-modelo para o país. Além disso, para viabilizar esta expansão, o Governo Municipal firmou a primeira Parceria Público-Privada do país na área de educação, um projeto considerado inédito e inovador no Brasil e no mundo. Até o final de 2016, há previsão de que cerca de 150 Umeis estarão em funcionamento.

No entanto, mesmo com a expansão do sistema municipal de Educação, há grande necessidade de avanços. Apenas no último ano, o número de matrículas nas Unidades Municipais de Educação Infantil cresceu 18% e, com o cenário econômico bastante comprometido, a tendência é que mais famílias optem pelo sistema público de educação. Para que se tenha uma ideia, hoje, somando com as creches conveniadas, o sistema público de educação para esta faixa etária conta com aproximadamente de 62 mil alunos, mas apresenta um *déficit* de cerca de 17 mil vagas. Além disso, viu-se no último ano, um amplo aumento nas ações judiciais para garantir a matrícula de alunos nestas instituições.

Com relação à qualidade da educação também existe um amplo espaço para melhorias em nosso sistema municipal de ensino. Os resultados da última Prova Brasil, por exemplo, realizada em 2013, mostram que a proficiência dos alunos da rede municipal em português e matemática não evoluíram quando comparados aos resultados da prova anterior, pelo contrário, até pioraram para os anos finais do Ensino Fundamental.

Percentual de alunos proficientes na Rede de Ensino Municipal - EF, em Belo Horizonte



Fonte: QEdu.org.br

Já quanto ao Ideb, apesar da média das escolas municipais estar dentro da meta estabelecida pelo MEC para Belo Horizonte, quando analisamos individualmente cada unidade, apenas 60% das Escolas Municipais atingiram a meta para os anos iniciais do Ensino Fundamental e apenas 42% para os anos finais. Além disso, cerca de metade das escolas pioraram o índice com relação ao levantamento anterior.

Análise das Unidades de Ensino Municipais de Belo Horizonte quanto à nota do IDEB

	5º Ano	9º Ano
Atingiu Meta do IDEB	60,0%	42,5%
Melhorou o IDEB	50,3%	42,5%

Fonte: QEdu.org.br

O programa de educação integral talvez seja o principal gargalo, mas também a potencial solução para a qualidade da educação em Belo Horizonte. Os alunos atendidos pelo projeto permanecem na escola por até 9 horas por dia, recebendo três refeições diárias e participam de atividades extraclasse voltadas para a prática de esportes, cultura, língua estrangeira, informática, além de terem auxílio nos deveres de casa e participarem de oficinas de cultura e arte. Atualmente, existem cerca de 90 mil vagas para educação integral em Belo Horizonte, frente a mais de 120 mil alunos inscritos nas escolas fundamentais da capital. A expansão desse programa, tomando como experiência o formato de expansão das Umeis, deve ser prioridade para o próximo prefeito de Belo Horizonte. Tendo isso em mente, a proposta é universalizar o acesso à escola em tempo integral para o ensino fundamental, através do Programa Escola Integrada, com a abertura de novas vagas priorizando as áreas mais vulneráveis da capital.

Mesmo com a expansão da rede municipal nos últimos anos, é impossível pensar no sistema educacional de Belo Horizonte sem as creches conveniadas, elas são importantes instrumentos para a ampliação da capilaridade do sistema público. Dados do Banco Mundial apontam que a população de Belo Horizonte conta com cerca de 210 mil crianças entre 0 e 5. Destas, 70 mil estariam entre 4 e 5 anos, faixa etária para a qual a Lei Federal 11.700 de 2008 garante o acesso à educação infantil.

No entanto, dados do último censo apontam que 85% das crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos frequentam instituições de ensino infantil e que, apenas, 35% da população entre 0 e 3 anos está matriculada em creches. Frente a isso, é necessário que a próxima gestão municipal priorize a ampliação de acesso ao ensino para estas faixas etárias, através da ampliação do número

de vagas em rede própria e do credenciamento de creches, aprimorando a sua fiscalização e os critérios de escolha, para garantir a qualidade, e dando prioridade para as instituições de tempo integral.

Visando a melhoria dos indicadores de proficiência apresentados anteriormente, assim como a melhoria das notas individuais de cada escola no IDEB é necessário ampliar os programas de reforço escolar, dando prioridade para aquelas escolas em que os níveis de ensino são mais deficitários. Programas como o reforço escolar e a escola de tempo integral podem ser grandes aliados para a melhoria destes índices, assim como a ampliação dos programas de capacitação dos professores e gestores escolares.

Para que possamos melhorar os indicadores individualmente para cada escola, também será realizado, já nos primeiros meses de governo, a análise da situação daquelas escolas com menores índices de proficiência e menores notas do IDEB para que ações específicas possam ser tomadas nessas unidades de ensino. Para que as melhorias sejam alcançadas, todas as ações de educação terão como prioridade essas instituições que apresentaram maiores dificuldades.

Além disso, ações de suporte ao ensino, como a distribuição de kits de material escolar para as escolas municipais, UMEIS e creches conveniadas, com materiais específicos para cada faixa etária, devem ser mantidas e ampliadas. Nesse programa, nacionalmente elogiado, os estudantes recebem, além do material didático, kits literários com diferentes gêneros abordando temas como solidariedade, cultura, arte, questões étnico-raciais, meio ambiente, cidadania e clássicos da literatura.

Não existe no âmbito da prefeitura um programa arrojado de educação de jovens e adultos. Apesar de a demanda não ser tão grande e diminuir a cada ano, é possível pensar em um programa de erradicação do analfabetismo funcional nos próximos 4 anos. A futura gestão da capital precisa priorizar as iniciativas em parceria com o Estado de Minas Gerais com o objetivo de ampliar e melhorar as ações para Educação de Jovens e Adultos. Estas ações, por sua vez, devem ser aliadas à expansão do ensino técnico, presencial ou a distância, para fortalecer as capacidades dos alunos para sua inserção qualificada no mercado de trabalho. Desta forma, será possível garantir o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso e oportunidade na idade apropriada.

É de responsabilidade do município garantir o acesso dos alunos às instituições de ensino através do transporte escolar. No entanto, é natural que grande parte deste acesso pode ser dado através do transporte público já existente na capital. Desta forma, é importante que o próximo prefeito de Belo Horizonte atenda a reivindicações históricas do movimento estudantil e coloque em pauta as discussões relacionadas ao passe livre estudantil. Dentre as capitais Brasileiras, BH está entre as últimas quando o assunto é concessão de meio de passe ou passe livre para os

estudantes. Enquanto as principais capitais avançam em direção à gratuidade integral e universal dos benefícios para todos os alunos, Belo Horizonte ainda restringe o benefício de meio passe a estudantes de ensino médio e da educação para jovens e adultos. O objetivo é que o passe livre seja implantado de forma gradual durante os quatro anos de governo para os alunos da rede pública, dando prioridade para os alunos moradores das regiões menos privilegiadas da capital.

Propostas:

1. Universalizar o acesso à escola para crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos através da expansão das vagas de Umeis;
2. Zerar o *déficit* de vagas nas instituições de educação infantil através de creches conveniadas e expansão da rede de Umeis;
3. Expandir a oferta de vagas em escolas de tempo integral objetivando sua universalização nos ensinos infantil e fundamental;
4. Garantir, através das ações previstas no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que todas as nossas crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade;
5. Priorizar as ações previstas no Programa de Correção de Fluxo Escolar para reduzir a distorção idade-série dos alunos da rede municipal, reduzindo as chances de abandono escolar no futuro;
6. Fortalecer o ensino de língua estrangeira nas escolas municipais;
7. Promover a melhoria contínua dos espaços e da infraestrutura das escolas do município;
8. Garantir a disponibilidade de laboratórios de ciências em todas as escolas da rede municipal;
9. Garantir a disponibilidade de bibliotecas em todas as escolas da rede municipal;
10. Garantir a disponibilidade de acesso a quadras poliesportivas para todas as escolas da rede municipal;
11. Garantir acesso à internet e disponibilidade de laboratórios de informática em todas as escolas da rede municipal;
12. Proporcionar a evolução do aprendizado de matemática, ciência e leitura promovendo a melhoria da educação segundo critérios avaliados pelo PISA/OCDE;
13. Assegurar a acessibilidade de todas as escolas públicas municipais, proporcionando uma educação inclusiva e equitativa;
14. Garantir acesso amplo e integral à educação especializada às crianças e jovens com necessidades educacionais especiais;
15. Disponibilizar oferta descentralizada e transporte adequado para os alunos participantes dos projetos de educação especializada;
16. Promover a melhoria do ensino para que todas as escolas da rede municipal de Belo Horizonte atinjam as metas do IDEB tanto para os anos iniciais quanto finais do ensino fundamental;
17. Priorizar ações e intervenções para as escolas que apresentaram os menores índices de avaliação nos últimos anos e que se localizam nas regionais de menor IQVU-Educação: Barreiro, Venda Nova e Norte;

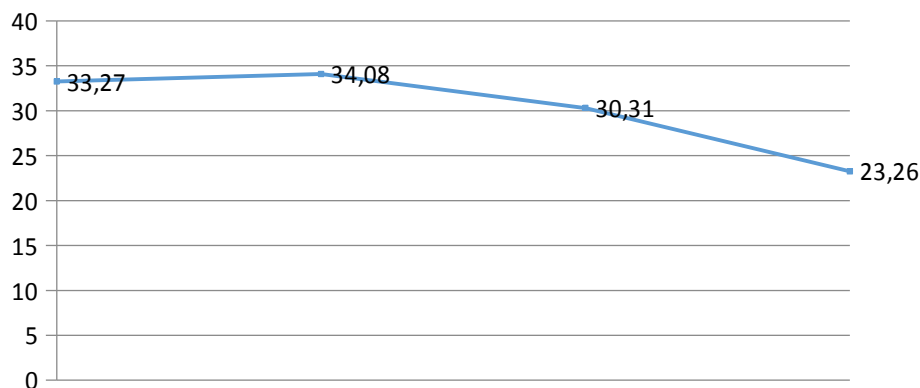
18. Universalizar e fortalecer os programas de orientação escolar e apoio às famílias, viabilizando o desenvolvimento integral das crianças e a compreensão dos responsáveis quanto à importância das múltiplas dimensões do desenvolvimento individual;
19. Estimular a presença da família nas escolas e sua participação na educação das crianças fortalecendo o aprendizado e as relações comunitárias;
20. Potencializar ações que visam garantir a prevenção e o combate de violência no ambiente escolar e no seu entorno;
21. Coordenar a política educação com políticas sociais, culturais e esportivas proporcionando o desenvolvimento integral das crianças;
22. Assegurar desenvolvimento dos alunos;
23. Erradicar o analfabetismo através da efetivação de política de educação focada em jovens e adultos e que proporcione taxa de alfabetização próxima a 100%;
24. Garantir a manutenção do pagamento do piso salarial e a valorização dos servidores da educação;
25. Assegurar a abertura de canal de comunicação permanente entre os professores municipais e o Gabinete do Prefeito;

3. Segurança

Normalmente Segurança Pública é entendida como intervenção policial e por isso considerada uma área de atuação predominantemente do Governo Estadual, por meio das Polícias Civil e Militar, cabendo ao município uma atuação discreta por meio da Guarda Municipal. Porém, nossa gestão entende que a busca pela construção de um ambiente seguro para os nossos cidadãos é uma meta transversal, que envolve políticas de educação, meio ambiente, urbanismo, mobilidade, esporte e lazer e muitas outras. E mais importante, entendemos que o papel da Prefeitura de Belo Horizonte pode ser muito mais efetivo no combate à criminalidade e a gestão atual não assume essa responsabilidade.

Desde o final da década de 90, Belo Horizonte enfrenta de modo geral, tendência de aumento da criminalidade, como em todo o Brasil. Devido a uma atuação focada do Poder Público, a Taxa de Homicídio da capital vem demonstrando tendências de queda desde 2014, apresentando variação de 30% entre 2013 e 2015, como pode ser observado no gráfico abaixo.

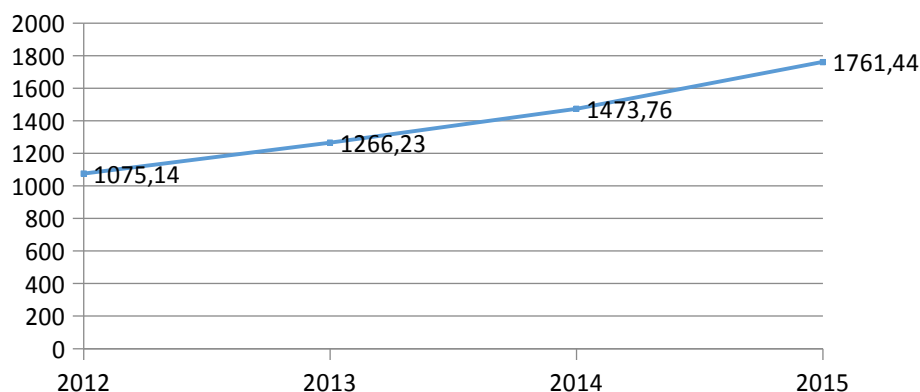
Taxa de homicídios



Fonte: Secretaria de Estado e Defesa Social

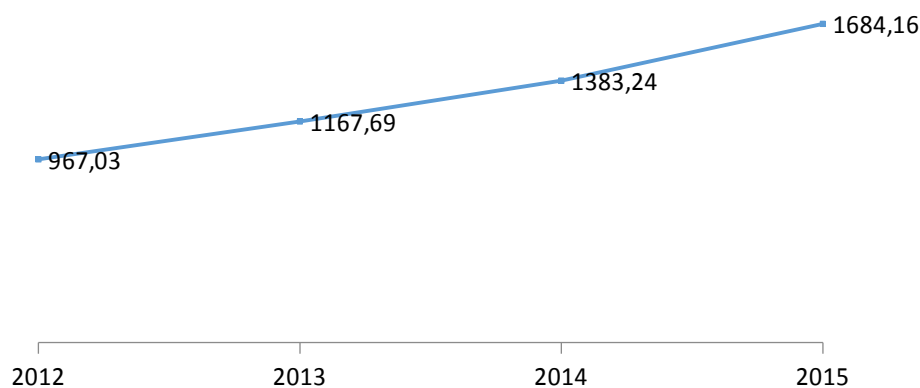
Infelizmente, não é possível observar a mesma tendência nas Taxas de Crimes Violentos e de Crimes Contra o Patrimônio que apresentam variação positiva de 63% e 74%, respectivamente, quando comparados os anos de 2012 a 2015. O aumento dessas taxas impacta diretamente a capacidade do exercício da cidadania em Belo Horizonte. Nossa gente não se sente mais segura para sair à rua com o celular na mão, andar de carro com o vidro aberto ou mesmo namorar na praça num sábado à noite. O bem-estar e segurança da população está diretamente ligado a índices de violência e criminalidade baixos, assim, o próximo prefeito da capital deve assumir sua responsabilidade no assunto.

Taxa de Crimes Violentos



Fonte: Secretaria de Estado e Defesa Social

Taxa de Crimes Contra o Patrimônio



Fonte: Secretaria de Estado e Defesa Social

Oscar Newman, um arquiteto estudioso do tema de Segurança Pública, escreveu em 1970 o livro chamado “Espaço Defensável”. Nele o autor estudou como alguns tipos de construções despertam mais sensação de pertencimento nos cidadãos e o cuidado que essa sensação traz com a coisa pública. A partir desse cuidado, ele observou que a população em geral se sentia mais convidada a ocupar as ruas e que a simples presença de pessoas criava uma espécie de fiscalização abstrata com alto potencial de redução da criminalidade.

É interessante e, talvez inusitado, pensar que políticas relacionadas a urbanismo e conservação urbana podem guardar relações com a prevenção à criminalidade e o aumento da sensação de segurança. Porém, não é estranho pensar que quando as ruas e vias são espaços nos quais a população se sente convidada a ocupar, independente da hora, normalmente são também mais seguras. Quando um espaço é ocupado por quem ele pertence, de direito, aqueles que se sentiam confortáveis em fazer atitudes ilícitas na invisibilidade já não se sentem tão à vontade para agir.

Assim, garantir uma rua bem iluminada, com asfalto e passeio sem buracos, praças e parques bem cuidados, sem lixo, com árvores e gramas cortadas, são algumas das ações que, na nossa concepção, fazem parte da contribuição da Prefeitura de Belo Horizonte para a política de segurança pública. Outra ação que contribui para o aumento da sensação de segurança é a ampliação das ciclovias, uma vez que aumenta a ocupação da cidade por sua população, bem como reduz a invisibilidade tratada por Newman.

No contexto de cuidar das nossas ruas e avenidas na busca por maior segurança, é importante ressaltar o papel que a Guarda Municipal possui. Responsável por proteger bens, instalações e o patrimônio público, esta instituição pode contribuir de forma essencial na missão da PBH de tornar o espaço público mais seguro e convidativo pra gente, além de ser capaz de subsidiar a Polícia Militar e Civil com informações detalhadas para o combate à criminalidade, uma vez que se encontra mais presente e atuante na vida do município.

Compete ao município atuar ativamente no campo da prevenção social, compreendendo que Segurança Pública é um tema transversal e que ações na área do esporte, lazer, educação e cultura devem estar coordenadas e integradas, visando preparar nossa população mais jovem para exercer sua cidadania.

Assim, desenvolver atividades que capacitem e ocupem nossas crianças e adolescentes, afastando-os das drogas, do crime e do ócio, é importante a atuação da PBH no que se refere a busca pela ampliação da segurança pública de nossa capital. Investir e articular junto ao Governo Estadual para que programas e projetos bem-sucedidos como o PROERD (que visa afastar a juventude do contato com drogas ilícitas) e o “Fica Vivo” possam ser expandidos é uma das ações que pretendemos realizar em nossa gestão.

Consideramos extremamente essencial cuidar da população que reside em área de risco. Apesar de Belo Horizonte ter alcançado índices internacionais de resiliência a desastres naturais, continuar investindo em obras que previnam o inesperado e garantam a manutenção desse status alcançado é como pretendemos agir. Manter um constante monitoramento de todo o território da cidade também contribui para a contenção dos desastres. Assim, iremos fortalecer a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e o Centro de Monitoramento e Alerta de

Risco (CMAR), mantendo-os sempre atualizados com a mais moderna tecnologia da área. Iremos também ampliar as parcerias com outros centros de monitoramento, incentivando a troca de informações necessárias para garantir a segurança dos nossos cidadãos.

Uma situação específica, com a qual teremos muita atenção, são os Flanelinhas que atualmente dominam os estacionamentos nas vias públicas da cidade. É necessário atuar de forma efetiva na fiscalização desses locais, de forma a prevenir e erradicar a extorsão à qual muitos motoristas são submetidos.

Infelizmente, a grande maioria dos Prefeitos brasileiros não conhece e não utiliza as inúmeras ferramentas e possibilidades que suas agências municipais possuem para atuar de forma preventiva e repressiva no enfrentamento da criminalidade. Nossa gestão pretende utilizar, de forma inteligente e integrada, os órgãos de controle e fiscalização (vigilância sanitária, regulação urbana, defesa civil, guarda municipal, BHTrans e o Código de Postura da capital), ajudando a aumentar a sensação de segurança e facilitando uma melhor ordenação e aproveitamento do espaço público, possibilitando, enfim, um aumento na qualidade de vida de BH.

Nossas ações visam transformar a cidade em um espaço acolhedor para sua população, no qual cada um se sinta à vontade para exercer sua cidadania. O que a gente pretende fazer para transformar esse plano em realidade é:

Propostas:

1. Elaborar o Plano Municipal de Segurança Cidadã, que terá como objetivo conceber e estruturar ações de combate à criminalidade e aumento da segurança em Belo Horizonte, articulando políticas públicas de educação, urbanismo, mobilidade, meio ambiente e demais áreas necessárias para ampliar a qualidade de vida dos cidadãos neste quesito;
2. Fortalecer a Guarda Municipal, no intuito de prover melhores condições para que a instituição auxilie no combate à criminalidade e no aumento da sensação de segurança de Belo Horizonte;
3. Ampliar a Guarda Municipal em 50% do seu efetivo atual;
4. Fortalecer a parceria com o Estado no combate e prevenção à criminalidade, provendo informações de inteligência sobre pequenos delitos e crimes;
5. Reforçar a iluminação pública nas ruas e avenidas do município;
6. Garantir a manutenção da poda adequada de árvores e gramas, bem como a limpeza urbana, de forma a incentivar o uso da cidade por pedestres;
7. Ampliar a atuação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, garantindo a manutenção adequada do asfalto e passeio de toda a cidade;
8. Ampliar e revitalizar as ciclovias de Belo Horizonte;
9. Fiscalizar as vias públicas de forma a prevenir e erradicar a extorsão à qual os motoristas que estacionam seus veículos são submetidos pelos Flanelinhas;
10. Expansão e revitalização dos sistemas de Vigilância Eletrônica, aumentando a sensação de segurança e inibindo a ação da criminalidade;

11. Investir e articular junto ao Governo Estadual para que programas e projetos bem-sucedidos como o PROERD (que visa afastar a juventude do contato com drogas ilícitas) e o “Fica Vivo” possam ser expandidos;
12. Ampliar o Projeto Escola em Tempo Integral, provendo atividades para as crianças e jovens, afastando-as das drogas e da criminalidade;
13. Garantir o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e apoiar o Governo Estadual no atendimento total desta política socioeducativa, proporcionando novas oportunidades para as crianças e adolescentes em conflito com a lei;
14. Fortalecer a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e o Centro de Monitoramento e Alerta de Risco (CMAR), mantendo-os sempre atualizados com a mais moderna tecnologia da área;
15. Ampliar parcerias entre o CMAR e outros centros de monitoramento de desastres naturais;

4. Mobilidade Urbana

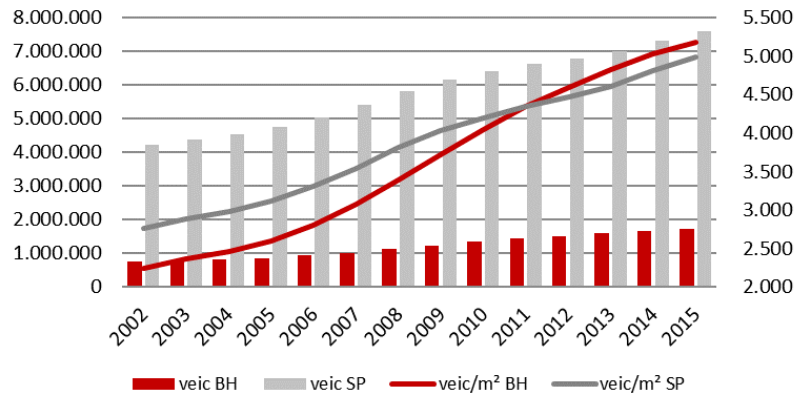
A definição de mobilidade urbana pode ser resumida no conjunto de deslocamentos realizados pelas pessoas e produtos no espaço urbano das cidades. Estas viagens, por sua vez, podem ser efetuadas por diversos meios de transporte através das vias públicas e da infraestrutura de transportes existente. Nos grandes centros urbanos, a população espera que estes movimentos ocorram de forma segura, barata, confortável e rápida o que exige uma série de ações que possibilitem a fluidez e segurança do trânsito, a qualidade e rapidez do transporte público e a priorização por meios de transportes mais sustentáveis.

O grande desafio, no entanto, é que a maior parte das intervenções pensadas para resolver os problemas de mobilidade é focada na acomodação do drástico aumento de veículos motorizados, de forma que a cidade se torna um espaço de encontro de carros e motos, em detrimento das pessoas. Por décadas, essa variável humana tem sido tratada a esmo enquanto a atenção se volta para automóveis e motocicletas.

Além disso, a ideologia do planejamento urbano que predominou em nossa cidade nas últimas décadas deu pequeno destaque ao espaço público, às áreas destinadas aos pedestres e ao papel do espaço urbano enquanto local de encontro dos belo-horizontinos. Neste cenário, as pessoas que ainda insistem na utilização dos espaços públicos têm cada vez mais o seu espaço reduzido, obstruído e limitado por barreiras, ruídos, poluição e risco de acidentes. Estas restrições não apenas reduzem as possibilidades de utilização de meios sustentáveis de transporte como forma de locomoção, mas também deixam sitiadas as funções culturais e sociais do espaço urbano. Desta forma, os desafios que compreendem a mobilidade urbana não estão apenas relacionados ao ir e vir na cidade, mas abarcam, também, como a construção do espaço público influi na forma do cidadão vivenciar a cidade.

Esse histórico de planejamento focado na utilização de veículos automotores e a conjuntura econômica e fiscal do Brasil dos últimos anos imprimiu uma grande aceleração no registro de novos veículos em BH. Hoje, Belo Horizonte é a capital brasileira com a maior concentração de veículos por área, título que herdamos de São Paulo em 2011. Desde então, este cenário só tem piorado e em 2015 atingimos a marca de mais de 5.500 veículos por quilômetro quadrado.

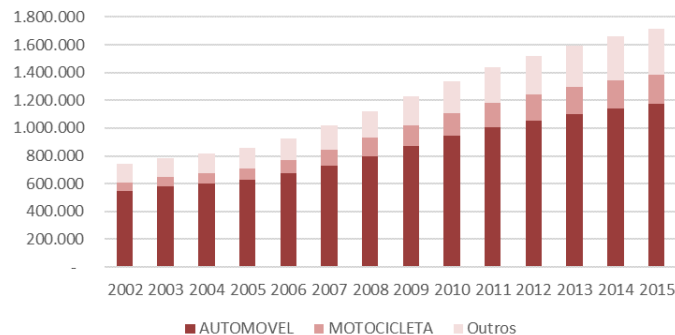
Veículos/m² - BH x SP



Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O cenário não fica muito diferente quando fazemos a análise por número de habitantes. Em 2002, existiam em BH cerca de 1 veículo para cada 3 belo-horizontinos, em 2015, já são mais de 2 veículos para 3 habitantes. Neste período, a frota de Belo Horizonte teve um crescimento de mais de 130%, enquanto cidades como Rio e São Paulo o crescimento foi de 80%, e em um período em que o crescimento populacional foi de apenas 5%. Quando consideramos a RMBH como um todo, o aumento de veículos foi ainda mais assustador, da ordem de 160%.

Total de Veículo em BH



Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)

A grande questão é que, dada as restrições geográficas de Belo Horizonte, pouco foi alterada a malha viária de cerca de 4.500km de ruas e avenidas. Pelo contrário, as principais intervenções foram de alargamento e aumento de capacidade das vias para o uso de veículos individuais, um convite direto à aquisição e uso de mais automóveis e, por conseguinte, um aumento no tráfego que gera ainda mais trânsito.

Corroborando com a situação apresentada, a pesquisa Origem-Destino (OD), realizada pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mostra que grande parte da população de BH opta pela utilização do transporte individual. Enquanto em 2002 apenas 18% das pessoas utilizavam o veículo particular para realizar suas viagens, em 2012 já eram mais de 30%. Enquanto isso, o uso do transporte público que chegou a quase 70% da população em 1995, reduziu para pouco menos de 63% em 2002 e despencou para cerca de 43% em 2012. Verificasse, com isso, ainda, o aumento na emissão de gases de efeito estufa per capita. O crescimento das emissões totais entre 2008 e 2013 foi de 25% (1,41 para 1,78), e no setor de transportes, que contribui com cerca de 50% dessas emissões, cresceu 30%, de 0,72 para 0,94 toneladas de CO₂ equivalente per capita.

Exemplos do inverso do que acontece em Belo Horizonte podem ser encontrados aos montes pelo mundo. Talvez uns dos mais emblemáticos seja o caso de São Francisco: um terremoto que ocorreu em 1989 provocou o fechamento de uma das principais vias da cidade e, antes que os planos de recuperação saíssem dos papéis, verificou-se que a cidade se adaptou à nova realidade e sobreviveu em sua plenitude, apesar da perda da chamada avenida Embarcadero. Nos anos seguintes, a prefeitura transformou a via em um bulevar, com bondes, árvores e amplas calçadas e seguiu transformando outras autopistas em calmas ruas focadas no uso por pedestres. Outras cidades que acompanharam esta evolução foram, para se citar algumas, Portland, Oregon e Seoul, na Coreia do Sul.

Bogotá também é um exemplo clássico do que é possível fazer com a mudança de foco na mobilidade urbana, do veículo motorizado para o pedestre. No final dos anos 90, a cidade colombiana passou por inúmeras melhorias radicais promovendo um modelo de cidade que privilegia os espaços públicos e restringe o uso de automóveis. Foram construídos centenas de quilômetros de calçadas, ciclovias integradas ao sistema de transporte, ruas fechadas e dezenas de parques. Segundo o então prefeito da cidade, Enrique Peñalosa, as cidades modernas pensam em como reduzir a utilização de carros, enquanto em modelos de cidades ultrapassados busca-se facilitar a circulação de veículos individuais. “Tratar os engarrafamentos com vias maiores é como apagar fogo com gasolina”.

É preciso, portanto, pensar em soluções alternativas para nossa Belo Horizonte e implantar mudanças ousadas em nossa forma de pensar e viver a cidade. Mesmo com a topografia pouco convidativa para a utilização de bicicletas tradicionais como meio de transporte, as bicicletas elétricas e a melhor integração ao sistema de transporte público podem mudar esta realidade. Incentivos para a aquisição dessas bicicletas, em conjunto com o fortalecimento das ciclovias, criação de estacionamentos seguros e pontos públicos de recarga, podem contribuir para as mudanças desejadas.

No que tange à integração deste meio de locomoção com o transporte público, várias soluções são apresentadas ao redor do mundo. Em Miami, por exemplo, os ônibus são equipados com grade na frente do veículo, possibilitando o transporte de até 10 bicicletas simultaneamente. Em Londres, é permitido o transporte de bicicletas dobráveis em ônibus e metrô fora do horário de pico. Essas iniciativas permitem que as pessoas consigam fazer uma parte do percurso de transporte público e outra de bicicleta. De forma limitada, alguns veículos do MOVE, em Belo Horizonte, permitem o transporte da bicicleta em seu interior. Porém, essa facilidade só é permitida em dias e horários específicos e apenas em alguns trechos do MOVE, de forma que a bicicleta é tratada como um veículo de lazer e não como meio transporte. No metrô, também há grande restrição ao horário e limite de bicicletas por composição. Por outro lado, felizmente, as bicicletas dobráveis são bem vindas nos ônibus da capital.

Ações de conscientização pelo uso das bicicletas e respeito aos ciclistas também serão priorizadas. A legislação brasileira garante o direito de quem opta por este meio de transporte mesmo nos locais onde não existem ciclovias ou ciclofaixas. O Código de Trânsito, em seu art. 58 assegura ao ciclista a utilização compartilhada da via e transfere ao motorista de veículos maiores, a responsabilidade por garantir a segurança dos menores, inclusive bicicletas (art. 29 §2º), respeitando a presença na via, respeitando a distância de segurança (art. 201) e ainda se precavendo nas ultrapassagens (art. 220). Mais que a aplicação da legislação, pretendemos garantir que haja respeito, que a rua seja um espaço de todos e que este espaço público seja compartilhado.

Apesar de prezar por meios alternativos de transporte que não os motorizados individuais, é preciso reconhecer que há necessidade de se criar um ambiente adequado para aqueles que necessitam do uso de carros para se locomoverem no dia a dia, possibilitando a integração desse transporte com o transporte público. Estabelecer locais seguros de estacionamentos próximos aos locais de embarque no transporte público, como estações de metrô e de integração será uma prioridade, com o deslocamento de guardas municipais que garantam a segurança e a criação de espaços específicos para este fim. Para tanto, será dada ênfase à criação e construção de espaços para estacionamentos próximos a áreas de acesso ao transporte público.

Na mesma linha, também será efetivado o estacionamento rotativo digital que permitirá que os condutores encontrem vagas de forma mais rápida, sem o deslocamento desnecessário na busca por um lugar para estacionar o carro. Além de evitar a criação de tráfego por veículos mais lentos que atrapalham o fluxo de veículos, esta iniciativa possibilitará uma fiscalização mais adequada, inclusive podendo ser feita pelos próprios usuários do sistema. Este controle possibilitará, entre outras coisas, adequar os valores de estacionamento à demanda e evitará a utilização do espaço de forma indevida.

Outra demanda recorrente na área de mobilidade urbana é o metrô de BH. De competência federal e com responsabilidades repassadas ao governo estadual, muito se prometeu e pouco foi feito nos últimos anos. Ainda, com a crise econômica que afeta o país é de se esperar que o dinheiro não venha no curto prazo. A prefeitura de Belo Horizonte deve assumir postura rígida nessa questão, uma vez que investimentos de grande vulto foram feitos em outras capitais na última década. Defendemos que uma parceria público-privada deve ser estabelecida o quanto antes para que a expansão do metrô saia, finalmente, do papel.

Mesmo adotando a lógica do não convite a mais carros e da mudança cultural na mobilidade urbana, não se pode ignorar a necessidade de que as vias existentes para o tráfego careçam de mais segurança. Nesse contexto, o Anel Rodoviário, que também é de responsabilidade do Governo Federal, precisa de sérias alterações para garantir o fluxo e o tráfego seguro pela via. Mais uma vez, a exemplo do metrô, pretendemos encarar esta luta política de forma séria e pragmática, buscando resolver os problemas de constantes acidentes graves que se arrastam ao longo dos anos.

Os desafios para a mobilidade urbana de Belo Horizonte são muitos e são complexos. A mudança de cultura para transportes alternativos e sustentáveis, como bicicleta, o transporte público e até mesmo o deslocamento a pé, poderá assegurar que no futuro não seja necessário a introdução de mecanismos mais drásticos para o controle de tráfego, como o rodízio de automóveis e a criação de pedágios urbanos. Pra gente, é imprescindível encarar esses desafios de frente e com seriedade para que consigamos construir uma cidade viva, segura, sustentável e saudável.

Propostas:

1. Instalar racks para transporte de bicicleta na parte externa dos ônibus que transitam na capital;
2. Ampliar a vigilância e a presença da guarda municipal nos locais onde estão instalados equipamentos para estacionamento de bicicletas, como paraciclos e bicicletários.
3. Disponibilizar carregadores para bicicletas elétricas em locais apropriados;
4. Estabelecer política mais flexível em termos de horário e trajetos para o transporte de bicicletas nos veículos do MOVE e negociar para que esta flexibilização seja estendida ao metrô;
5. Ampliar o sistema de bicicletas compartilhadas em BH, dobrando o número de estações (de 40 para 80) e priorizando as regiões ainda não atendidas, em especial Venda Nova e Barreiro;
6. Concluir a implantação das ciclovias previstas no PlanMob-BH, totalizando 380km até o final de 2020;
7. Realizar ações de conscientização e promoção da utilização de bicicletas em vias compartilhadas;

8. Implantar sinalização adequada para viabilizar e garantir a segurança na utilização de vias públicas por bicicleta de forma compartilhada;
9. Promover o desconto no IPTU para residências com menos de 1 carro para cada 3 habitantes;
10. Introduzir redução tributária do ISS para serviços relacionados ao transporte por bicicletas;
11. Implantar sistema e aplicativo para estacionamento rotativo digital na região central de Belo Horizonte;
12. Reforçar a segurança das áreas no entorno aos principais locais de acesso ao transporte público na capital, visando possibilitar o estacionamento de veículos particulares de usuários que buscam a utilização do sistema público;
13. Implantar estacionamentos públicos através de parcerias público-privadas, em regiões próximas aos locais de acesso ao transporte público, como estações de metrô e de integração;
14. Realizar melhoria da iluminação pública para garantir a segurança e incentivar o transporte a pé durante a noite;
15. Elaborar revisão do Plano de Mobilidade de Belo Horizonte, com as diretrizes para um transporte mais sustentável para os próximos anos;
16. Continuar e ampliar as iniciativas de fechamento de vias para o tráfego de veículos motorizados nos finais de semana e em feriados, incentivando a utilização do espaço público para lazer e a priorização de meios alternativos de transporte;
17. Tomando como exemplo o que foi realizado na região da Savassi, Praça Sete e Pampulha, implantar quarteirões fechados em outras regiões, priorizando a utilização do espaço público como área de convívio;
18. Negociar com o Governo Federal e implementar plano de melhorias e segurança no Anel Rodoviário de Belo Horizonte;
19. Em parceria com o Governo do Estado, garantir o início das obras de expansão do metro de Belo Horizonte;

5. Desenvolvimento Econômico

Idealizada como a nova capital de Minas Gerais em um tempo de profundas transformações no Brasil, Belo Horizonte foi fundada para ser um centro de atividades políticas, culturais e comerciais. Planejada e em sintonia com as principais linhas de desenvolvimento contemporâneo, nunca foi intenção de seus idealizadores a vocação para receber indústrias de grande porte.

A nossa cidade se especializou, ao longo dos anos, e se tornou o principal centro de atividades terciárias do Estado e um dos mais importantes do Brasil. Hoje, comércio, atividade bancária e financeira, serviços e atividades culturais são os seguimentos mais relevantes para o desenvolvimento econômico da Capital.

Impossível, no entanto, pensar a capital mineira sem inseri-la no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte. BH se tornou alicerce por meio da forte infraestrutura de prestação de serviços e, reciprocamente, potencializou o desenvolvimento dos municípios vizinhos, em especial, Betim e Contagem, com forte aptidão industrial.

Não obstante, com a economia voltada mais fortemente para o setor terciário e com baixa aptidão para as indústrias de grande porte, devido a sua reduzida área territorial, Belo Horizonte é hoje beneficiada por um novo ciclo de inovação e produção voltado para áreas de alta tecnologia e elevado valor agregado, que é potencializado pela estrutura de ensino e pesquisa de excelência disponível na capital. Além de fortalecer Belo Horizonte como um centro de prestação de serviços, este cenário impulsiona a cidade como um importante centro de desenvolvimento de indústrias intensivas em tecnologia, conhecimento e criatividade.

De qualquer forma, as restrições territoriais de Belo Horizonte que impedem a implantação de grandes atividades industriais não devem ser consideradas fatores que impossibilitem a efetivação de uma política ousada para atração de investimentos industriais. Muito pelo contrário, a posição de liderança da Capital na RMBH deve ser assumida para dar continuidade às relações simbióticas com os municípios vizinhos, possibilitando que as aptidões de cada cidade sejam potencializadas para promoção e atração de investimentos.

Diante deste cenário e a exemplo de várias cidades de relevância nacional e mundial, novos arranjos produtivos vêm se estabelecendo em Belo Horizonte, potencializando a colocação da cidade como protagonista da rede urbana nacional. Dentre estes principais arranjos, podem ser destacados a área de tecnologia da informação e as afluências de empresas de biotecnologia, medicina e ciências da vida. Podendo, ainda, somar o vigor que tem demonstrado os setores da economia criativa, em especial da moda, design, arquitetura e gastronomia, que se fortalecem na

capital e se posicionam como importante alternativa para o desenvolvimento econômico do município.

O setor de turismo, recentemente revigorado pelo reconhecimento do conjunto arquitetônico da Pampulha como patrimônio da humanidade pela Unesco, também é reconhecido instrumento que contribui para a visibilidade e posicionamento internacional. Além da visibilidade, o turismo aumenta o consumo de bens e serviços na cidade e potencializa a geração de empregos. A pesquisa de Competitividade do turismo Nacional, do Ministério do Turismo, por exemplo, colocou Belo Horizonte em 3º lugar no índice geral de competitividade do destino.

Outro setor em que Belo Horizonte se destaca é no cenário das chamadas *startups*, que são empresas ou projetos, normalmente de base tecnológica, com modelos de negócio inovador e escalável, que se sobressaem pelo espírito empreendedor. BH entrou para o radar dessas empresas inovadoras quando a Google comprou uma empresa de tecnologia de Belo Horizonte e a tornou seu centro de pesquisa e desenvolvimento na América Latina. A aglomeração de startups, especialmente no bairro São Pedro, o que rendeu o apelido de *San Pedro Valley* em analogia ao Vale do Silício, é outro fator que rende recorrentemente destaque a Belo Horizonte no cenário internacional de tecnologia e empreendedorismo.

Além disso, a cidade teve um destaque especial no ano de 2013 com a criação de um premiado programa do governo estadual, o SEED. Focado no desenvolvimento do ecossistema empreendedor da capital, essa iniciativa atraiu mais de 70 *startups* de 19 nacionalidades nos anos de 2013 e 2014. Após uma breve suspensão no ano de 2015, o programa retornou com uma nova turma de empreendedores em 2016. Mesmo sendo breve, com esta paralisação, várias incertezas surgiram e o cenário de Belo Horizonte perdeu a sua vantagem competitiva e a posição de vanguarda, que só deverá ser recuperada com a continuidade dos investimentos e de iniciativas voltadas para o setor.

Na Belo Horizonte que queremos, o poder público municipal deve ter como prioridade trabalhar junto à rede de agentes já existentes na região, com o objetivo de manter e potencializar as vantagens da capital mineira. Não obstante, a meta deve ser atrair novas empresas e desenvolver o mercado e o ecossistema empreendedor tornando a cidade um centro de excelência e um ambiente favorável aos negócios de alto valor agregado, de prestação de serviços e das indústrias do conhecimento e de base criativa. A articulação com atores nacionais e internacionais deve ser feita em sintonia com as potencialidades identificadas na capital propiciando um ambiente inovador, com boas oportunidades de emprego de qualidade e qualificação profissional adequada às necessidades do mercado.

Diante deste desafio, a necessidade de mão de obra qualificada é de suma importância para que Belo Horizonte se desenvolva no caminho desejado. Portanto, aliada às políticas de

promoção de investimento na capital é necessária a implantação de um robusto programa de qualificação profissional alinhado às demandas do mercado, sobretudo, para atender a parcela jovem e vulnerável da população.

Do ponto de vista da competitividade, no entanto, é importante ressaltar que Belo Horizonte ocupa apenas posição intermediária quando comparada a outras cidades brasileiras. Um estudo da Endeavor que apresenta o Índice de Cidades Empreendedoras coloca Belo Horizonte apenas na 12ª colocação em um ranking com 32 cidades. Das sete dimensões analisadas pelo índice, Belo Horizonte fica em 3º em Capital Humano e Acesso a Capital, porém, fica entre as dez piores em Ambiente Regulatório, Infraestrutura e Cultura Empreendedora.

A respeito do Ambiente Regulatório, Belo Horizonte figura na 22ª colocação. Nesta dimensão são analisadas as questões burocráticas que envolvem o ambiente de negócios, onde o Brasil aparece, constantemente, nas últimas colocações de rankings como o Doing Business e o Índice de Competitividade Global, de forma que a posição da capital mineira não é muito confortável. Ainda que o tempo de abertura de empresa em BH seja um dos mais rápidos do Brasil, 44 dias, ainda deixa a desejar se comparado ao que se gasta em países mais competitivos, como o Chile, onde o tempo para se abrir um empreendimento é 5,5 dias em média. Já no que se refere ao tempo de espera para a regularização de imóveis, aparecemos na 29ª posição entre as 32 cidades analisadas, com média de 200 dias para o processo.

Quando o assunto é o Custo de Impostos, Belo Horizonte aparece no final da tabela, com alíquotas de ICMS e IPTU acima da média das cidades analisadas e o número médio de incentivos fiscais abaixo da média nacional. BH aparece na 28ª colocação, com o índice avaliado em 5,05, enquanto a média nacional é próxima a 6,0.

Há grande espaço para melhoria no Ambiente Regulatório de Belo Horizonte, principalmente na regularização de imóveis, um dos principais gargalos da capital. Para se ter uma ideia, a primeira colocada neste ranking é Uberlândia, o que nos faz pensar que os fatores que interferem na demora estão ligados à burocracia em Belo Horizonte. Desta forma devemos priorizar a construção de um ambiente de regularização mais eficiente e amigável para as empresas.

Com relação ao quesito Infraestrutura, Belo Horizonte fica para trás das demais cidades quando falamos das Condições Urbanas que avaliam o acesso à internet rápida, o preço do m², o custo com energia e a segurança. Apenas 4,71% da população tem acesso à internet de alta velocidade, ficando em 17º lugar. O custo médio do m² só é inferior ao do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife. A energia elétrica é a segunda mais cara do Brasil e quando o assunto é segurança, ficamos em 18ª posição .

Em face ao desafio apresentado, é imperativo ressaltar que na BH da gente o desenvolvimento supera a visão unicamente economicista. Um desenvolvimento com prosperidade busca a criação de oportunidades e ambientes favoráveis para se elevar os níveis de trabalho e renda da população, fatores de fundamental importância no desenvolvimento humano. Portanto, todas as iniciativas para o desenvolvimento econômico belo-horizontino devem ter como balizadores o trabalho de qualidade e a renda adequada e suficiente para a garantia de sustento, das necessidades fundamentais e o exercício de escolhas e da liberdade. Com esta perspectiva, o desenvolvimento econômico é elemento-chave do estímulo à inserção produtiva das populações mais vulneráveis e deve ter como propósitos resgatar a dignidade, recuperar a autoestima e, principalmente, garantir a plena autonomia dos belo-horizontinos.

Propostas:

1. Regulamentar os marcos regulatórios e institucionais para que a prefeitura possa atuar de forma direta na atração e fomento de *startups* no município;
2. Criar a Política Municipal para Estímulo à Inovação e ao Empreendedorismo com o objetivo de promover e fortalecer o ecossistema de empreendedorismo de Belo Horizonte;
3. Apoiar atividades de capacitação e formação nas áreas de tecnologia da informação e de comunicação com prioridade para os jovens de baixa renda e das vilas e aglomerados de BH;
4. Ampliar o programa BH Negócios, expandindo as iniciativas de fomento e acompanhamento de empreendimentos em áreas vulneráveis de Belo Horizonte, priorizando as de menor IQVU;
5. Fomento ao desenvolvimento e à pré-aceleração de startups, utilizando a estrutura de espaços inovadores já existente em Belo Horizonte;
6. Promover o desenvolvimento de investidores-anjo, potenciais financiadores de novos empreendimentos, com foco na ampliação de recursos disponíveis para fomento de *startups*;
7. Contribuir para a formalização e criação de microempresas e micro empreendimentos individuais;
8. Desenvolver, em parceria com o a Agência Metropolitana da ARMBH e os municípios vizinhos, o Plano Metropolitano de Promoção e Atração de Investimentos;
9. Buscar o fortalecimento das cadeias produtivas estabelecidas nos municípios vizinhos, como forma de potencializar a economia regional;
10. Estimular a criação de novos negócios ao longo das principais vias de transporte e no entorno das principais estações de transporte público;
11. Realizar levantamento e promover o desenvolvimento de negócios por segmentação das vocações dos bairros de Belo Horizonte, a exemplo das melhores experiências internacionais, como o caso de Buenos Aires, com o polo de mídia e o de Lima, com a gastronomia;
12. Implantar escritório central vinculado ao Gabinete do Prefeito, responsável pelas atribuições de atração e promoção de investimentos, captação de recursos e Parcerias Público-Privadas;

13. Posicionar a cidade como centro de excelência de prestação de serviços e negócios intensivos em tecnologia, conhecimento e criatividade;
14. Fortalecer as instituições municipais de relações internacionais, promovendo e ampliando ações de internacionalização de nossos negócios e a cooperação internacional;
15. Garantir as adequações exigidas pela UNESCO para manutenção do título da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade;
16. Promover Belo Horizonte como Capital da Cultura e da Economia Criativa;
17. Elaborar o Plano Municipal do Turismo de BH com foco no desenvolvimento das vocações locais com apelo turístico e na potencialidade de sua exploração sustentável, incluindo estratégias de divulgação branding da cidade;
18. Utilizar a infraestrutura já existente na cidade, como orelhões, para expansão da rede de internet gratuita em Belo Horizonte;
19. Redefinir os processos de regularização imobiliária para garantir prazos mais adequados e em consonância com as exigências de um mercado globalizado para a abertura de empresas na cidade;
20. Estabelecer parcerias com as entidades representativas empresariais e dos trabalhadores, com o sistema S, instituições de ensino e governos estadual e federal no intuito de promover a educação profissional em uma política de desenvolvimento de capacidades profissionais de acordo com a demanda do mercado local;
21. Promover ações para acesso de jovens ao mercado de trabalho, em especial os de baixa renda e moradores de regiões mais vulneráveis;
22. Promover, através do poder de compra da Prefeitura, oportunidades para micro e pequenas empresas de Belo Horizonte.

6. Cultura

Belo Horizonte é uma cidade que respira cultura. Desde a música, passando pela dança, teatro, gastronomia, museus, dentre quaisquer outras manifestações da riqueza cultural que representa o que é ser belo-horizontino. A preocupação com a cultura como patrimônio da sociedade e com a construção e preservação da cultura, enquanto herança para as próximas gerações, é uma marca do governo que queremos pra gente de Belo Horizonte.

O Fundo de Projetos Culturais - FPC criado pela Lei 6.498/93 e regulamentado pelo Decreto 11.103/02, passou a funcionar efetivamente em Belo Horizonte a partir de 1999. Para 2016, foram orçados R\$ 12.700.00,00 no FPC, apenas 27% acima do previsto a Lei Orçamentária Anual de 2013. Já em relação ao Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte é possível observar uma redução de 53% no recurso disponibilizado na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016 (R\$2.380.200,00), quando comparada à LOA de 2013, R\$ 4.996.000,00. Esses números demonstram o desafio enfrentado pela política cultural na nossa capital, considerada por muitos, política pública menos urgente e prioritária.

Pra gente, cultura tem um papel central na formação do cidadão e preservação da sociedade. A garantia do acesso à cultura, direito previsto na Constituição Federal de 1988, é uma obrigação da prefeitura de Belo Horizonte. Só através da cultura é possível que o cidadão forme, identifique e fortaleça sua identidade, permitindo que cada pessoa possa ampliar sua compreensão dos problemas do dia a dia e se tornar um cidadão mais participante na sociedade e em seu governo.

A cultura também é uma importante peça na busca pela igualdade entre os indivíduos. É na esfera cultural que a diversidade mais se destaca, e onde a democracia mais se faz presente e necessária. Nesse contexto, o acesso à cultura ainda é um desafio brasileiro, para o qual são necessárias ações eficazes do poder público em parceria com a sociedade. O papel do Governo Municipal é fundamental no fomento à cultura e na efetivação desse direito, propiciando e cultivando um espaço e condições adequadas para que a criatividade dos artistas e de sua audiência possa desenvolver.

Pra gente, a prefeitura não cabe produzir ou conduzir a cultura, e sim construir um ambiente no qual a produção, distribuição e o acesso seja fácil e simples. A cultura é a soma dos valores, tradições e manifestações de uma sociedade. Política pública de cultura é a ação promovida pelo Governo em prol do fomento do setor. Nossa gestão entende que envolver os cidadãos e a sociedade no processo de definição das prioridades e das ações de promoção da cultura é um passo importante para a efetivação deste direito.

Assim, nosso governo propõe algo inovador: Orçamento Participativo Cultural para definição de 100% dos recursos destinados à cultura que não tenha vinculação legal previamente definida. A proposta visa a participação social justamente na área responsável pela construção e manutenção do patrimônio e herança cultural.

Impossível também não reconhecer a importância da cultura na educação dos nossos cidadãos. A conservação do nosso patrimônio arquitetônico e cultural e a devida gestão e divulgação dos equipamentos públicos dessa área, estabelecendo parcerias constantes com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, são essenciais para o desenvolvimento das próximas gerações. Através da Cultura, os cidadãos aprendem a valorizar sua própria história e raízes, e a respeitar o indivíduo, valorizando a diversidade e toda a inovação que pode ser gerada da interação do novo com o antigo.

Na busca pela formação da cidadania, é importante envolver os jovens desde a infância na própria cultura, através das artes plásticas, literatura, comunicação, teatro e música. Assim, nossos equipamentos públicos e gestores culturais precisam estar em constante evolução para acompanhar as crianças e adolescentes, promovendo formas de interação variadas que envolvam a juventude no cenário cultural da nossa capital.

Intimamente ligado à cultura está o turismo. Fomentar que a nossa cultura seja objeto de visitação e interação por parte do restante da população brasileira e internacional também é um importante papel da prefeitura de Belo Horizonte. Investir em sistema de controle e gestão da atividade turística, visando acompanhar as tendências e inovações mundiais do setor, perspectivas de demanda e comportamento dos consumidores, são ferramentas essenciais para estruturar e desenvolver nossa vocação turística e cultural.

Apesar do cenário global de desaceleração da economia, pesquisa do Observatório do Turismo da BELOTUR realizada em dezembro de 2015, demonstra que 26,7% das famílias brasileiras têm intenção de viajar. Destas, 86,4% gostariam de viajar para destinos brasileiros, o que demonstra que o turismo para Belo Horizonte tem espaço e demanda para se desenvolver.

O Circuito Cultural da Praça da Liberdade é um dos atrativos que precisamos cuidar e aprimorar para convidar os turistas brasileiros pra nossa cidade. Maior conjunto integrado de cultura do país, o circuito é composto por antigos prédios públicos que foram adaptados para receber acervos históricos, artísticos, bibliotecas, oficinas, ateliês, além de um planetário. Espaços adaptados para interagir com o público, despertar e aprofundar o aprendizado de cada um sobre nossa cultura, arte, história, ciência e mais.

A consagração do Complexo Arquitetônico da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO vem fortalecer o reconhecimento de Belo Horizonte na área cultural. Construído nos primeiros anos da

década de 40, o moderno conjunto foi desenhado por Oscar Niemeyer, mas também conta com Roberto Burle Marx, que assina o paisagismo, e Cândido Portinari, autor do painel externo de azulejos da Igreja de São Francisco de Assis, um dos principais cartões-postais de Minas Gerais. Com nomes deste peso, o potencial turístico já está evidente, só precisa de uma gestão eficiente e preparada para promover o seu desenvolvimento.

A riqueza de nossa agenda cultural é outro atrativo à nossa capital. Eventos como a Virada Cultural, realizada anualmente, os Festivais Internacionais de Teatro e Dança, Curtas, Quadrinhos, Bonecos, nosso Carnaval Sem Corda e Sem Camarote, dentre muitos outros, atraem turistas de várias regiões do Estado e do País. Nossos 111 equipamentos públicos de cultura, dentre eles 29 museus, mantêm acesa a nossa produção cultural. Nossa gastronomia, internacionalmente reconhecida, e nossa produção de cerveja local, adicionam aquele tempero especial que tem o potencial de consolidar Belo Horizonte como a Capital Nacional da Cultura.

Assim, insumos culturais não faltam na nossa capital e na nossa gente. O que pretendemos fazer para contribuir nesse rico processo é:

Propostas:

1. Criar a Secretaria Municipal da Cultura, que terá o objetivo de conceber e articular as ações necessárias à consolidação da Política Pública de Cultura de Belo Horizonte;
2. Ampliar o incentivo para que a população de Belo Horizonte frequente os equipamentos públicos de cultura, implantando uma taxa reduzida para o acesso dos cidadãos da capital;
3. Promover o Orçamento Participativo Cultural para a definição de 100% dos recursos destinados à área que não tenha vinculação legal previamente definida;
4. Fortalecer o Conselho Municipal da Cultura, disponibilizando condições para que o envolvimento da população seja mais presente e efetivo nas decisões sobre a Política Cultural da capital, no desenvolvimento de planos de ação e no monitoramento dos orçamentos públicos da área cultural;
5. Dar condições para que o Conselho Municipal da Cultura promova fóruns regionais com vistas a levantar as demandas relacionadas à produção artística e às manifestações das culturas populares, tradicionais, indígenas e afro-brasileiras
6. Fortalecer o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, de forma a aumentar a participação da sociedade na aplicação efetiva dos recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte;
7. Promover cursos de formação voltados para qualificar os agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura e outros equipamentos culturais públicos;
8. Elaborar inventário sobre a diversidade cultural de Belo Horizonte, listando e georreferenciando todo o patrimônio material e imaterial da cidade;

9. Desenvolver o Mapa Afetivo da nossa capital, identificando quais esquinas, praças e ruas representam nossas emoções e sensações, construindo assim roteiros que representam as memórias dos nossos cidadãos;
10. Desenvolver Portal Colaborativo de Informação Cultural da cidade, divulgando a programação cultural fomentada pela Secretaria Municipal e outras atividades culturais que ocorrem em Belo Horizonte, aumentando o potencial participativo das ações culturais da nossa capital;
11. Restaurar a arquitetura original do Complexo Arquitetônico da Pampulha, e promover ações que tenham como foco atrair turistas para visitar o mais novo Patrimônio Mundial da Humanidade, melhorando a divulgação e a infraestrutura da região;
12. Incluir o ensino de música no currículo escolar das escolas municipais;
13. Aumentar o número de atividades culturais nos equipamentos públicos de Belo Horizonte, bem como a divulgação destes equipamentos na busca por aumentar a participação da sociedade na vida cultural da capital;
14. Expandir e reformar os Centros de Cultura de Belo Horizonte, agregando à produção cultural destes aos festivais e eventos, tais como o Festival Internacional de Teatro e Dança, o Festival de Arte Negra, Festival Internacional de Fotografia, Festival Mundial de Circo e a Virada Cultural;
15. Promover parcerias entre os centros de cultura internacionais de forma a atrair para Belo Horizonte projetos culturais diversos, como exposições, orquestras sinfônicas, peças teatrais, dentre outros, visando aumentar a participação da Cultura de Belo Horizonte no cenário global;
16. Criar o Conselho Popular do Carnaval, visando fortalecer essa linda festa de Belo Horizonte, que resgata a cultura popular do carnaval de rua brasileiro, com a participação dos blocos de rua, escolas de samba, blocos caricatos e movimentos de bairro;
17. Aumentar a divulgação da programação carnavalesca fora da capital, aprimorando assim o potencial turístico do nosso Carnaval sem corda e sem camarote;
18. Aprimorar a relação entre a cultura e o turismo, aproveitando da potencialidade turística que Belo Horizonte tem, uma vez que é o principal acesso às cidades históricas do ciclo do ouro e da arquitetura barroca;
19. Ampliar a divulgação do patrimônio artístico, arquitetônico e cultural. Divulgar também nosso patrimônio imaterial, como a gastronomia, a dança e a música e os eventos culturais, fortalecendo ainda mais a relação entre a cultura e o turismo;
20. Fortalecer a Campanha de Popularização do Teatro;
21. Criar fóruns regionais em Belo Horizonte cuja proposta seja construir, de forma colaborativa, novas alternativas para as vilas e aglomerados no que concerne à dimensão arquitetônica;
22. Elaborar ações específicas com o objetivo de preservar e valorizar o patrimônio cultural e arquitetônico e a história do nosso município;
23. Desenvolver projeto que visa inserir o idoso na vida dos Museus e Centros Culturais da cidade;

24. Ampliar os festivais em suas diversas formas, levando-os também às regiões mais carentes da capital, expandindo a disponibilidade de espaços públicos para as manifestações culturais da nossa gente;
25. Promover ações de conexão entre cultura, educação e meio ambiente, na busca pela formação de cidadãos que se preocupem com o desenvolvimento socioeconômico e sustentável.

7. Esporte e Lazer

Tema transversal, as políticas públicas de esporte e lazer se articulam com educação, saúde, cultura, segurança pública, e muitas outras. Juntas, contribuem para a formação dos cidadãos e resgate da cidadania. Compreendidos entre os direitos sociais, o lazer e o esporte contribuem para a formação da identidade do indivíduo e para a expansão do convívio social. Tendo isso em vista, a responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte na promoção de ações que fomentam o esporte e o lazer é essencial.

A importância do lazer, do esporte e da atividade física na busca pelo bem-estar físico e psicológico das pessoas é inquestionável. Muitas são as pesquisas que demonstram como a atividade física e o lazer melhoram a qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em pesquisa divulgada na Folha Informativa nº385, em 2014, a inatividade física é o quarto principal fator de risco de morte no mundo, o que equivale a 3,2 milhões de pessoas morrendo por ano em decorrência do sedentarismo. A grande questão é que a atividade física, o lazer e o esporte estão intimamente ligados à prevenção de uma série de doenças, como obesidade, doenças cardiorrespiratórias, diabetes, dentre outras.

De acordo com pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, realizada pelo Ministério da Saúde em 2014, 47,8% da população adulta de Belo Horizonte possui excesso de peso e 21,3%, hipertensão arterial. De acordo com a mesma pesquisa, apenas 44,1% da população adulta da nossa capital executa atividade física em tempo livre equivalente a pelo menos 150 minutos de atividades de intensidade moderada por semana. Deste percentual, 50,2% equivale aos homens e 39,1%, às mulheres.

Ações de conscientização sobre a importância do esporte e do lazer, voltadas para a população adulta e a ampliação e revitalização de espaços e momentos para realizar atividade física junto com a família, como praças e ruas, são algumas das ações que a nossa prefeitura pretende empreender para aumentar a qualidade de vida em BH.

Outra ação de destaque será o aumento das ciclovias pela cidade, de forma que seja possível utilizar este meio de transporte para trabalho, estudo e lazer. Sei que esta realidade pode parecer distante para uma cidade como Belo Horizonte, famosa por suas montanhas, porém, a tecnologia já nos disponibilizou bicicletas elétricas que minimizam o esforço nas subidas das nossas ladeiras, mas permite a prática de exercício nos locais menos íngremes.

A pesquisa do Ministério da Saúde também revela que este percentual de pessoas praticando atividade física de forma regular varia de acordo com a faixa etária dos cidadãos, sendo maior entre 19 e 24 anos (51,4%) e menor para maiores de 65 anos (30,1%). De acordo com o

IBGE, a proporção da população idosa (acima de 65 anos) em relação ao total da população do Estado de Minas Gerais, irá crescer 3,01% entre os anos 2010 (7,61%) e os anos 2020(10,62%), o que equivale a 632 mil pessoas.

Assim, considerando a importância de se manter a qualidade de vida e a saúde da terceira idade, a nossa gestão pretende organizar eventos de esporte e lazer voltados para este público, atividades de ginástica multifuncional, yoga, dentre outras atividades em praças e parques. Além disso, trabalharemos para expandir o número de academias a céu aberto, e estabeleceremos parcerias com universidades e profissionais de saúde para acompanhamento adequado das atividades desenvolvidas pelos usuários dos aparelhos, evitando assim que os usuários destes equipamentos não se machuquem na execução equivocada de atividades físicas.

Outro benefício do esporte e do lazer na vida de Belo Horizonte é o potencial destas políticas na redução tanto da criminalidade como do consumo de drogas entre crianças e jovens. Atividades esportivas e de recreação tem o potencial de demonstrar às nossas crianças e jovens o caminho para uma vida digna e saudável, afastando-as do crime e contribuindo para uma política de prevenção à criminalidade e inclusão social. Investir na criação e recuperação de espaços de esporte e lazer na periferia, como parques, praças e campos de várzea abandonados, bem como na capacitação de profissionais para atuarem na atenção às crianças e adolescentes, são ações com potencial de não apenas melhorar a qualidade de vida da população como também de fortalecer a prevenção social da criminalidade e a reincidência.

Nossa gestão pretende organizar atividades que busquem contribuir para o desenvolvimento da cidadania, da disciplina e melhorar a autoestima dos jovens em situação de vulnerabilidade. Olimpíadas e campeonatos municipais, implantação de pistas de skate, e centros de esporte e lazer são algumas das ações com as quais vamos cuidar das nossas crianças e jovens.

O investimento em escolas públicas municipais também é uma forma de aumentar a participação de crianças e jovens em atividades de esporte e lazer. Criar atividades fora do horário de regular, disponibilizando professores de educação física para serem técnicos de equipes escolares, aumentaria o movimento e a vida das escolas além de proporcionar condições para que os alunos realizassem atividade física regular.

O Brasil foi destaque internacional no mundo esportivo nos últimos tempos. Belo Horizonte, junto com outras capitais do Brasil, sediou a Copa do Mundo Fifa 2014 e está recebendo eventos e delegações vinculados aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Mas não podemos focar apenas nos eventos externos e desconsiderar os nossos destaques. É essencial que a prefeitura trabalhe de forma a fomentar o desenvolvimento de incentivos para que nossas crianças e adolescentes se dediquem no mundo dos esportes e se tornem referências em suas modalidades esportivas. Dessa

forma, não apenas levarão o nome de nossa cidade para o mundo como também servirão de modelos para as próximas gerações.

Assim, o que a gente pretende fazer para fortalecer a participação do esporte e do lazer na vida dos nossos cidadãos é:

Propostas:

1. Ampliar o número de Academias ao Ar Livre, incentivando a execução de atividade física em praças e parques da cidade;
2. Criar parcerias com universidades e profissionais de saúde para orientação do uso adequado das academias ao ar livre, de forma garantir a saúde dos seus usuários;
3. Recuperar e implantar novas pistas de skate nas praças e parques, incentivando a execução desta atividade e atraindo crianças e adultos para o esporte;
4. Garantir a manutenção da grama, passeio, pintura e iluminação pública dos principais corredores de caminhada e corrida da cidade;
5. Promover a revitalização de campos e quadras de várzea, ampliando os espaços públicos para lazer e esporte;
6. Promover de eventos de esporte e lazer em espaços e equipamentos públicos, como maratonas, ginástica multifuncional, yoga, entre outras atividades que incentivem a ocupação do espaço público;
7. Organizar jogos femininos, incentivando a participação das mulheres no esporte de nossa cidade;
8. Organizar encontros esportivos e olimpíadas entre alunos das Escolas Municipais, incentivando a participação dos jovens em atividades esportivas, com especial atenção em locais que possuam jovens em situação vulnerável;
9. Ampliar as atividades de educação física das escolas públicas municipais, disponibilizando profissionais que atuarão como técnicos de equipes escolares;
10. Promover encontros esportivos para atletas com necessidades especiais, de todas as faixas etárias, usando do esporte para incluir socialmente este público;
11. Ampliar os quilômetros de ciclovias, incentivando o uso desse meio de transporte por toda cidade;
12. Desenvolver Plano de Combate à Obesidade, para auxiliar os cidadãos com excesso de peso a aderirem à atividade física regular e, conseqüentemente, terem mais qualidade de vida;
13. Ampliar a política de desconto na dívida pública de clubes em troca da oferta de atividade de graça para os cidadãos de Belo Horizonte;
14. Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para recuperação de praças e parques, ampliando locais públicos de esporte e lazer;
15. Elaborar mapa que detalha as áreas públicas com maior ocupação durante a semana e os fins de semana com atividades de lazer;
16. Ampliar a política pública do Domingo na Rua, ampliando os espaços que são fechados nas manhãs de domingo para o lazer com a família dos belo-horizontinos;

17. Criar um portal de esporte para disponibilizar o calendário oficial e colaborativo dos eventos de esporte e lazer na capital;
18. Fortalecer o Conselho Municipal de Política de Esportes de Belo Horizonte, instituído pela Lei 10.259/2011, ampliando a sua participação da sociedade na formulação desta política;
19. Promover eventos de esporte e lazer para o público da terceira idade, de forma a aumentar a qualidade de vida desta geração;
20. Ampliar o Programa Vida Ativa, que tem como objetivo elaborar, implementar e avaliar as Políticas Públicas voltadas para a terceira idade, orientadas pelo Estatuto do Idoso (Lei nº10,741/2003).

8. Políticas Sociais

De acordo com o Censo IBGE, no ano de 2010 ainda existiam em Belo Horizonte 32.407 pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 1,4% da população municipal vivia nesta situação. Dessas pessoas vivendo em miséria, 13.786 eram crianças e adolescentes, ou seja, 42% do total da população nessa situação. Dados do Atlas de Desenvolvimento (IPEA) apontam ainda que 13,89% da população de BH, cerca de 300.000 pessoas, estão em situação de vulnerabilidade à pobreza por possuírem renda familiar per capita inferior a R\$ 255,00.

Tendo em vista o cenário atual de forte recessão econômica e crescimento do desemprego, vivemos sob a ameaça de que esses números sofram regressão, aumentando o contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza. Se a permanência de pessoas em situação de miséria já é inaceitável, atualmente a gestão municipal deve ter como prioridade não permitir retrocessos e ser capaz de avançar ainda mais, de modo que nenhum cidadão belo-horizontino viva em situação de miséria e que haja redução da situação de pobreza e vulnerabilidade.

As estratégias para enfrentamento da pobreza devem considerar não apenas a dimensão da renda monetária, mas também fatores importantes de reprodução das situações de desigualdades e exclusão social, como a baixa escolaridade, não acesso à moradia digna, falta de acesso à saúde e falta de oportunidades. Ademais, quando analisamos esses dados com maior profundidade, considerando a dimensão territorial do município, identificamos que a pobreza e exclusão social não se comportam de maneira homogênea – é preciso considerar as disparidades e especificidades locais, as diferenças de gênero, idade, raça e etnia, situações de deficiência, as diferentes possibilidades de acesso e uso da cidade.

A cidade de Belo Horizonte, no seu próprio processo de construção e crescimento, desde o início acabou conformando guetos de concentração das pessoas mais pobres (inicialmente os trabalhadores que contribuíram na construção da cidade) nas vilas e favelas e, mais recentemente, nos bairros de periferia, que não possuem condições adequadas de coleta de lixo nem de transporte público, e estão distantes de serviços públicos básicos. Esses fatores acirram os fatores reprodutores de desigualdades e exclusão.

Para superação dessas situações é necessária a intervenção integrada das políticas sociais, destacadamente a assistência social, segurança alimentar, saúde, educação, emprego, geração de renda e habitação. Belo Horizonte possui uma experiência importante na atuação articulada dessas políticas, por meio do Programa BH Cidadania, que deve ser mantido e aprimorado.

No âmbito da assistência social, é importante aprimorar a gestão e as ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio dos seus serviços, programas, projetos e benefícios. A

gestão dos serviços hoje é organizada de maneira regionalizada, o que possibilita maior aproximação da realidade de cada região. No entanto, ainda existem problemas de cobertura dos serviços que não chegam a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade e violação de direitos.

As ofertas da política de assistência social são organizadas em dois níveis de proteção: a proteção básica, que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de trabalho social com família, inclusão nas políticas públicas básicas e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; a proteção especial tem como objetivo ofertar serviços especializados que promovam a proteção social de indivíduos e famílias em situação de risco social com fragilização ou rompimento dos vínculos familiares ou, ainda, em situação de violação de direitos, tais como crianças em situação de abuso e exploração sexual, idosos em situação de negligência, mulheres em situação de violência, dentre outros. Nos dois níveis de proteção existem serviços ofertados exclusivamente pela prefeitura e outros em parceria com entidades socioassistenciais não governamentais.

Na proteção básica, existem em BH hoje 34 CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) com capacidade para atender 34.000 famílias por ano. São ofertados também grupos de convivência, em parceria com entidades socioassistenciais, para crianças e adolescentes, idosos, mulheres, dentre outros públicos, com aproximadamente 5.400 vagas. Ainda na proteção social básica, são realizadas as ações do Programa Bolsa Família que envolvem o cadastramento e a atualização cadastral de famílias no CadÚnico, o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa, visando incluí-las na rede de proteção social e em ações de geração de renda para que elas possam superar a condição de vulnerabilidade e pobreza e, ainda, o acompanhamento das condicionalidades do programa (frequência escolar de crianças e adolescentes, agenda de saúde para gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes). O Programa Bolsa Família beneficiou, no mês de junho de 2016, 58.555 famílias, representando uma cobertura de 73,6 % da estimativa de famílias pobres no município⁸.

Em relação a este nível de proteção, entendemos que é necessário expandir o número de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, dando condições de participação para os públicos mais vulneráveis, como os idosos e as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Devemos garantir condições de acessibilidade e atividades adequadas aos interesses e capacidades de cada grupo, de maneira integrada com as demais atividades, a fim de promover a convivência comunitária com grupos e pessoas diferentes – o respeito à diversidade. Ademais, BH precisa melhorar as taxas de atualização cadastral do CadÚnico, que no mês de junho estava 0,63 (sendo que o melhor nível é 1) e de acompanhamento da frequência escolar, cuja taxa estava em 83,0%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e em 68,2% para os jovens entre 16 e 17 anos.

8 Fonte: Relatório de Informações Sociais e Censo SUAS 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Assim, é preciso fortalecer as ações da gestão do CadÚnico, bem como a sua articulação com a educação e com os próprios serviços de proteção básica, realizados pelo CRAS, e com os grupos de convivência.

Na proteção especial, existem 9 CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social), 3 Centros POP, com equipes de abordagem social para atendimento para população de rua e 97 unidades de acolhimento⁹.

Os 9 CREAS têm capacidade para atender 720 casos de pessoas em situações de violação de direitos por mês e contam também com o serviço para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), cujas atividades são realizadas em parceria com entidades não governamentais. Os 9 CREAS são organizados de acordo com as 9 regionais da BH, no entanto sua capacidade de atendimento não é suficiente para a demanda. Assim, propomos a criação de mais 3 CREAS, nas regionais com maior dispersão territorial e concentração de vulnerabilidades e violências – regionais Barreiro, Nordeste e Leste.

Em relação às unidades de acolhimento, temos 95 unidades não governamentais e 2 unidades municipais. A maioria delas, 43 unidades, acolhe crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, com medidas protetivas aplicadas, seguida de 26 unidades para pessoas idosas. Somente 7 são abrigos institucionais que atendem a população de rua, além de 1 unidade de acolhimento em situação de pós alta hospitalar, com cerca de 1.000 vagas (Censo SUAS 2015/MDS), localizadas principalmente na região centro-sul. Ainda que esse nº pareça alto, ainda é insuficiente para atender a demanda. Assim, propomos a criação de mais dois abrigos para a população de rua e propomos a qualificação do serviço por meio da reorganização do serviço de abordagem social e serviço especializado e dos dois Centros POP existentes (assistência social), ampliando as ações de reintegração familiar e humanizando o tratamento a essa população.

Em relação ao público de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, que precisam ser protegidos e acolhidos, propomos o fortalecimento do diálogo com os Conselhos Tutelares e com o sistema de Justiça e Ministério Público para garantir o caráter provisório do acolhimento e para aprimorar as ações de acompanhamento das famílias, de modo que as crianças e adolescentes possam retornar para seus lares em segurança e tenham o direito à convivência familiar e comunitária garantidos.

BH possui ainda 5 restaurantes populares, nos bairros do Centro, Santa Efigênia, Venda Nova, Barreiro e na Câmara Municipal. No total, eles servem cerca de 3,5 milhões de refeições por ano, com um investimento de quase 12 milhões de reais, sendo que a prefeitura subsidia

⁹ Fonte: Relatório de Informações Sociais e Censo SUAS 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

aproximadamente 70% desse valor. No entanto, a cobertura ainda é baixa, e propomos a criação de mais um restaurante popular, na regional leste.

Nesse campo, vale ressaltar que a política de assistência social não pode perder de vista os princípios de autonomia, respeito à dignidade e promoção da cidadania, de forma que suas ações busquem criar condições para que as famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social sejam fortalecidas e tenham acesso a oportunidades de melhoria de sua qualidade de vida, por meio do acesso aos serviços públicos básicos, ao emprego e geração de renda.

Em relação à geração de emprego e renda, destacamos a importância de a política de assistência social estar articulada com a política de trabalho, emprego e renda. Nossa cidade possui três pontos de atendimento do SINE (Sistema Nacional de Empregos) e uma Central de Captação de Vagas. Em relação às ações voltadas para a superação da extrema pobreza e estímulo ao emprego e à geração de renda, um dado que chama atenção é o número de jovens que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. O Atlas do Desenvolvimento Humano aponta, por exemplo, uma taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos de 12,94, quando a taxa média para geral (acima de 18 anos) é de 6,07¹⁰. Assim, é necessário que a gestão municipal se articule com os governos federal e estadual para fortalecer os programas existentes para esse público e também amplie as ações realizadas em parceria com instituições privadas, como aquelas que compõem o chamado Sistema S (Senai, Senac, Sebrae, dentre outras), e com organizações da sociedade civil, como o Cesam (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador) e a ASSPROM (Associação Profissionalizante do Menor). Busca-se, com isso, garantir a oferta de qualificação socioprofissional e de atividades de convivência e fortalecimento de vínculos desde a adolescência, de modo a promover uma melhor inserção dos jovens no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuir para sua formação como cidadãos.

No âmbito da política habitacional, temos que existe um grande *déficit* habitacional e um grande número de moradias em condições precárias. O direito à habitação foi reconhecido como um direito social pela Constituição Federal de 1988. O Estatuto das Cidades trouxe o arcabouço legal e as diretrizes para que esse direito seja garantido de fato a todos os cidadãos brasileiros. No entanto, muitos avanços precisam ser alcançados nesse campo.

As perspectivas demográficas apontam que até o ano de 2020 cerca de 90% da população de nosso país viverá no meio urbano. Os dados de crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, como BH, apresentam diminuição, porém essa tendência de urbanização alerta para a questão do *déficit* habitacional e as ocupações precárias.

De acordo com o diagnóstico apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte, existe um *déficit* habitacional básico atual de 62,5 mil domicílios e a demanda ainda não atendida de

10 Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em agosto de 2016.

reassentamentos decorrentes de remoções por obras públicas (20,9 mil unidades); há uma projeção de 25,4 mil domicílios, cerca de 20% da população de Belo Horizonte mora nas 215 vilas, favelas e outros assentamentos precários; há 269 loteamentos irregulares para a população de baixa renda que necessitam de regularização e urbanização¹¹.

Vemos então que BH ainda tem um enorme desafio para garantir esse direito básico da nossa gente.

Um dos princípios norteadores dessa política deve ser a compreensão de que o acesso à moradia digna, além de condições adequadas do imóvel, como possuir banheiro, piso, telhado, passa necessariamente pelo acesso ao transporte urbano, acesso à água, coleta de lixo, esgoto e demais serviços urbanos e, principalmente, pela superação das desigualdades de uso do espaço da cidade. Sendo assim, o público que exige maior atenção em relação à política de habitação são as famílias e pessoas com insuficiência de renda, que vivem em áreas de risco e sem acesso a políticas públicas e infraestrutura urbana adequada.

Ademais, cabe à gestão municipal estimular políticas de fomento para criação de comércios e serviços que diminuam a necessidade de deslocamento das pessoas até o trabalho, pela geração de novas oportunidades de emprego, e para resolverem suas questões cotidianas ligadas ao lazer, cultura e necessidades de consumo.

Belo Horizonte possui instrumentos importantes de organização dessa política, tais como a Política Municipal de Habitação, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e o Plano Diretor (atualmente em tramitação na Câmara Municipal) e vários programas importantes, como o Programa Vila Viva e a parceria com o governo federal no Programa Minha Casa Minha Vida.

Propomos o aprimoramento e a ampliação das ações existentes, sendo que as ações devem ser guiadas por dois eixos básicos: a construção de novas habitações e a urbanização e reforma de habitações precárias, ambas com prioridade para as pessoas em situação de vulnerabilidade e insuficiência de renda.

Cabe ressaltar que uma política dessa complexidade não pode ser conduzida de maneira isolada pelo governo municipal. Uma questão primordial será fortalecer a articulação com o governo estadual e federal para captação de novos recursos, principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida.

Por fim, destacamos que essas políticas serão impulsionadas pela premissa de gestão democrática da cidade. Historicamente o campo das políticas de assistência social e da habitação são marcados por ampla participação da sociedade civil em BH. Assim, as instâncias de controle social, como os Conselhos de Habitação e de Assistência Social, deverão ser fortalecidos. Outra

¹¹ Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Plano Estratégico BH 2030.

diretriz importante será a implementação das deliberações da IV Conferência Municipal de Habitação e da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social, bem como a manutenção e a ampliação do Orçamento Participativo da Habitação.

Propostas:

1. Manter e fortalecer o Programa BH Cidadania.
2. Ampliar o número de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, dando condições de participação para os públicos mais vulneráveis, como os idosos e as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com garantia de condições de acessibilidade e atividades adequadas aos interesses e capacidades de cada grupo.
3. Melhorar as taxas de atualização cadastral do CadÚnico e de acompanhamento da frequência escolar, por meio do fortalecimento das ações da gestão do CadÚnico e da articulação com a educação e com os próprios serviços de proteção básica (CRAS e grupos de convivência).
4. Intensificar as ações de busca ativa da população pobre e extremamente pobre e de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para inclusão em programas de transferência renda e políticas públicas sociais que promovam a superação dessa situação de maneira articulada (assistência social, saúde, educação, geração de renda e habitação).
5. Criar 3 novos CREAS, nas regionais com maior dispersão territorial e concentração de vulnerabilidades e violências – regionais Barreiro, Nordeste e Leste.
6. Reorganizar e fortalecer o serviço de abordagem social e serviço especializado dos dois Centros POP existentes, para a população de rua, ampliando as ações de reintegração familiar.
7. Criar mais 2 abrigos para a população de rua.
8. Construir mais um restaurante popular na regional leste.
9. Ampliar os serviços de convivência, de qualificação profissional e inclusão produtiva de jovens, com foco nos territórios com maior incidência de criminalidade violenta e nos jovens egressos do sistema socioeducativo.
10. Definir a população egressa do sistema prisional e os(as) jovens egressos(as) do sistema socioeducativo como um dos públicos prioritários para acesso aos serviços de proteção social em BH (CRAS, CREAS, serviço de convivência, programas de emprego e geração de renda), de modo a criar oportunidades para que essas pessoas consigam acesso à educação, emprego e renda.
11. Criar um programa de incentivo para a contratação de egressos do sistema prisional, por meio da conversão do pagamento de multas à prefeitura pela contratação dessas pessoas.

12. Fortalecer a relação entre a política de assistência social e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, com foco na qualificação das ações de proteção social de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres em situação de violação de direitos.
13. Fortalecer o diálogo da política de assistência social com os Conselhos Tutelares e com o sistema de Justiça e Ministério Público, para garantir o caráter provisório do acolhimento e para aprimorar as ações de acompanhamento das famílias, de modo que as crianças possa retornar para seus lares em segurança e tenham o direito à convivência familiar e comunitária garantidos
14. Fortalecer as ações do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS-BH), com foco no fornecimento de merenda escolar, ampliação do nº de instituições atendidas pelo banco de alimentos e das ações da criação de hortas comunitárias.
15. Ampliar as ações de qualificação profissional para adolescentes e jovens, por meio da articulação com os governos federal e estadual e da parceria com instituições privadas, como aquelas que compõem o chamado Sistema S (Senai, Senac, Sebrae, dentre outras), e com organizações da sociedade civil, como o Cesam (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador) e a ASSPROM (Associação Profissionalizante do Menor).
16. Construir 16 mil moradias populares, por meio da captação de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Essas moradias seriam destinadas prioritariamente a moradores de áreas de risco e pessoas em situação de vulnerabilidade social.
17. Definir percentual de vinculação de recursos para o Fundo Municipal de Habitação Popular.
18. Cumprir exigências municipais definidas pelo Estatuto das Cidades, por meio da implementação do novo Plano Diretor de BH e dos instrumentos urbanísticos necessários para sua efetivação.
19. Implantação, de maneira integrada da Política Municipal de Mobilidade Urbana e a Política Municipal de Habitação, facilitando o deslocamento e integrando as pessoas até seu trabalho, escola, atividades de lazer e cultura.
20. Garantir a implementação das deliberações da IV Conferência Municipal de Habitação
21. Fortalecer e ampliar os recursos financeiros destinados ao Orçamento Participativo da Habitação, que tem como objetivo selecionar famílias dos Movimentos de Sem Casa para acessar novas moradias e deliberar sobre alocação e recursos e viabilizar intervenções em vilas e favelas conforme diretrizes do Plano Global Específico (PGE).

22. Dar continuidade aos projetos já existentes: Programa de Manutenção em Vilas e Favelas; Programa de Regularização Fundiária e Titulação de Moradias; Programa Bolsa Moradia; Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrência de Obras Públicas ou Vítimas de Calamidade (PROAS); Programa Estrutural de Áreas de Risco (PEAR); Plano Global Específico (PGE); Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).
23. Ampliar as ações do Programa Vila Viva, expandindo o programa para vilas e favelas ainda não contempladas, de acordo com prioridades definidas nas instâncias de participação e controle social.
24. Qualificar as ações de pós morar do Programa Vila Viva, de modo a minimizar os possíveis conflitos entre vizinhos (implantar ações de monitoramento, orientação, gestão condominial e mediação de conflitos) e zelar pela segurança dos moradores (prevenir a instalação de pontos de tráfico de drogas).
25. Priorizar a criação de unidades habitacionais de uso misto, incluindo habitação, comércio e serviços.
26. Criar um programa de capacitação e orientação para a construção e reforma de moradias próprias, voltado para moradores de vilas e favelas.

9. Meio Ambiente

Promover o desenvolvimento sustentável da nossa cidade é um desafio de extrema importância para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos no curto, médio e longo prazo. Pra gente, meio ambiente é um tema transversal e interdisciplinar, que dialoga com políticas públicas de variadas áreas, tais como saúde, mobilidade urbana, educação e lazer. Contribuir para que as próximas gerações tenham recursos hídricos, ar de qualidade e áreas verdes preservadas é nosso compromisso e responsabilidade de todos os cidadãos de Belo Horizonte.

Nossa capital está, aos poucos, se consagrando como referência nacional e internacional na prática de ações sustentáveis, contando com mais de um milhão de m² coletores solares e 18m² de área verde por habitante. A política de resíduos sólidos implantada em Belo Horizonte até o momento rendeu inclusive a participação no projeto *Going Green – How cities are leading the next economy*, estudo que analisa o caso de oito cidades no mundo que estão contribuindo para o aumento da sustentabilidade no planeta. Porém, ainda há muito o que ser feito.

A mudança de atitude dos indivíduos e da coletividade é essencial para alcançar qualquer resultado nessa área. Ações de educação ambiental podem ser consideradas um dos pilares mais importantes na busca pela sustentabilidade. Sua tarefa de sensibilizar a população quanto ao assunto é base para a mobilização e responsabilização social necessária ao cuidado com o meio ambiente. Objetivando a redução do desperdício de água, energia e bens de consumo, bem como a conservação das áreas verdes da cidade e a proteção das margens dos rios e entorno das nascentes, a educação ambiental é uma ferramenta forte na conscientização da sociedade sobre o papel de cada um de nós na promoção de um desenvolvimento sustentável.

Já a destinação adequada de resíduos sólidos é um direito do cidadão. Ruas e avenidas limpas contribuem para a redução de doenças, economia e aumentam a qualidade de vida da cidade. Assim, promover ações que garantam que a coleta de lixo atinja 100% dos moradores, vilas, aglomerados e bairros de Belo Horizonte é função prioritária pra nossa gestão.

A coleta seletiva é uma importante ação na busca por um futuro sustentável, pois permite que cada tipo de material tenha possibilidade de seguir o caminho da reciclagem e da reutilização, quando possível. Atualmente a capital mineira possui duas vias de coleta seletiva: 119 pontos de coleta espalhados pela cidade e coleta porta a porta, que chega a apenas 36 dos 487 bairros da cidade, o que corresponde a apenas 7% dos bairros. É necessário universalizar essa política para todos os bairros da cidade, bem como fortalecer a parceria com Associações e Cooperativas de catadores e de trabalhadores com material reciclável, contribuindo para gerar melhores condições de trabalho pra quem atua na área da reciclagem.

Assim, planejamos investir na ampliação dos pontos de coleta de material reciclado na cidade, bem como no aumento do número de bairros atendidos pela coleta seletiva porta a porta, garantindo acesso a todos os cidadãos que tiverem interesse em ajudar o meio ambiente do qual fazem parte. Além disso, é imperativo ampliar a capacidade da Prefeitura de garantir a disposição final dos resíduos coletados.

Em relação ao abastecimento de água e esgoto é importante destacar a alta posição de Belo Horizonte no *Ranking* do Saneamento 2016, elaborado pelo Instituto Trata Brasil. Nossa capital possui 100% de atendimento de água, o que significa que o serviço de atendimento de água na área urbana já é universalizado. Porém, quando analisamos a taxa de esgoto tratado, apenas 68,46% do esgoto gerado na capital é atendido. Assim, é necessário articular junto à COPASA e Governos Estadual e Federal para ampliar essa taxa.

Outra preocupação que nossa gestão não pretende ignorar é a busca pela redução da contribuição de Belo Horizonte no cenário global do efeito estufa. O Primeiro Inventário Municipal de Emissões de Gases e Efeito Estufa (2009) demonstrou um crescimento anual médio de 2,96% de emissões em Belo Horizonte, entre 2000 e 2007. Em 2007, a capital mineira era responsável pela emissão de 3,18 milhões de toneladas de CO₂, sendo que o principal emissor identificado foi o setor de transportes. O aumento dos espaços verdes é uma ação de extrema relevância para reverter a tendência atual de aumento das emissões na nossa cidade. Atualmente a capital conta com 18,22m² de área verde por habitante.

A qualidade do ar é uma preocupação constante da sociedade, uma vez que se configura como condição básica para uma qualidade de vida adequada. A frequência de doenças respiratórias, principalmente em crianças, aumenta a cada ano e preocupa os cidadãos da capital.

O monitoramento constante da qualidade do ar e a produção de relatórios técnicos que guiem a formulação de políticas públicas em prol da sua melhoria é fundamental para prover melhores condições de vida pra nossa gente. Belo Horizonte conta hoje com duas estações de monitoramento da Qualidade do Ar, porém apenas uma se encontrava em funcionamento no mês de julho de 2016. É de extrema importância aumentar o monitoramento da qualidade do ar da capital e estabelecer um canal de comunicação direto com a população sobre esse assunto.

Outra ação importante é o incentivo do uso de métodos sustentáveis na construção de empreendimentos públicos e privados, que visem à redução do consumo de água, energia e da emissão de gases de efeito estufa. Atualmente, a prefeitura possui o “Selo BH Sustentável”. Minha proposta é aumentar o incentivo de obras já concluídas aderirem à ideia de utilizar métodos e ferramentas que promovam a redução do uso de recursos naturais.

Na busca por uma cidade ambientalmente sustentável, formas alternativas de transporte é um passo essencial. A ampliação das ciclovias de forma que este meio de transporte ultrapasse o lazer.

É importante ressaltar que nada disso pode ou deve ser realizado sem a participação da sociedade. O Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) é um mecanismo de extrema relevância para o alcance de uma BH mais sustentável. Seu fortalecimento deve ser uma preocupação constante de uma gestão municipal responsável e comprometida com o meio ambiente, bem como a disponibilização de todos os meios necessários para que o conselho promova a discussão e o desenvolvimento de políticas nessa área.

É importante ressaltar que nossa cidade possui agora mais um motivo para se orgulhar. O Complexo da Pampulha ganhou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Porém, para manter essa honra, a Prefeitura, o Estado e o Governo Federal precisam cumprir uma série de condições, e, dentre elas, a despoluição da Lagoa da Pampulha. E é isso que nossa gestão pretende fazer, investindo no resgate desse patrimônio que certamente será herança para essa e futuras gerações.

Na busca pela consolidação de Belo Horizonte como uma cidade ambientalmente sustentável, essas são as ações que pretendemos empreender.

Propostas:

1. Promover excursões e atividades educacionais dos alunos da rede municipal e estadual à ECOTECA, a biblioteca organizada pela Prefeitura com foco na questão ambiental;
2. Revitalizar e ampliar os Centros de Educação Ambiental;
3. Elaborar o Segundo do Inventário Municipal de Emissões de Gases de Efeito Estufa, essencial para a avaliação e formulação de políticas públicas para o meio ambiente;
4. Reduzir a emissão de gases de efeito estufa;
5. Revitalizar 35 parques municipais;
6. Aumentar a proporção de m² verde por habitante na capital mineira de 18m² para 20m²;
7. Universalizar a Coleta Seletiva, na modalidade Porta a Porta;
8. Universalizar a cobertura de coleta de resíduos sólidos domiciliares;
9. Elaborar política de disposição final de resíduos de construção, bem como aumentar a fiscalização de modo a evitar que os entulhos de obras sejam espalhados pela cidade, dificultando a manutenção da limpeza urbana;
10. Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente;
11. Ampliar o incentivo de obras já concluídas aderirem à ideia de utilizar métodos e ferramentas que promovam a redução e a reutilização de recursos naturais;
12. Implantar tecnologias de energia limpa nos prédios públicos da Prefeitura;
13. Aumentar o monitoramento da qualidade do ar da capital e estabelecer um canal de comunicação direto com a população sobre esse assunto;

14. Implantar o projeto Pampulha – patrimônio ambiental: concluir a despoluição da Lagoa da Pampulha, de forma a resgatar sua fauna e flora;
15. Ampliar as ciclovias na cidade, bem como buscar mais parcerias para ampliar o número de postos de coleta de bicicletas;
16. Fortalecer a parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais na busca por soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável da cidade;
17. Ampliar o tratamento do esgoto na capital;
18. Revitalizar nascentes, cursos d'água e áreas de relevância ambiental para a capital;
19. Promover a implantação de parâmetros urbanísticos que incentivem manutenção de áreas verdes;
20. Garantir a limpeza urbana em todos os bairros da cidade;

10. Direito de Todos

A Constituição de 1988 trouxe avanços importantes no campo do reconhecimento dos direitos sociais no Brasil, ancorado nos pilares de cidadania, participação social, igualdade, e no combate a todas as formas de discriminação e autonomia. Esse reconhecimento veio acompanhado da criação de políticas sociais universais e de instituições participativas voltadas para a inclusão social, econômica e política dos diferentes segmentos populacionais. Muitas conquistas foram alcançadas no campo dos direitos sociais, no entanto persistem problemas estruturais e históricos na sociedade brasileira que ainda são barreiras para a efetiva cidadania e qualidade de vida de muitos grupos sociais, como a população negra, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população de rua, população LGBT, dentre outros.

A cidade de Belo Horizonte construiu ao longo dos anos importantes iniciativas e programas voltados para o fortalecimento da cidadania e inclusão social desses segmentos, como, por exemplo, a criação de coordenadorias específicas para o planejamento e a implementação de políticas para as mulheres, para a promoção da igualdade racial, para proteção dos direitos do idoso e das pessoas com deficiência. Além disso, existem hoje no município cerca de 40 ações no campo das políticas de defesa de direitos e 6 conselhos municipais de direitos (mulher, igualdade racial, idoso, pessoa com deficiência, juventude, criança e adolescente), além dos 9 conselhos tutelares (um por regional de BH). No entanto, para que tenhamos uma cidade que garanta o direito de todos, é necessário ampliar e fortalecer os programas já consolidados e criar novas ações que visem à proteção social e redução de desigualdades vivenciadas por esse segmentos que estão excluídos do acesso a serviços públicos, vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social e que sofrem a violação sistemática de seus direitos.

A desigualdade e a exclusão sociais são problemas relacionados a processos históricos de constituição da sociedade brasileira e processos específicos da construção da própria cidade de Belo Horizonte. Ainda que o início da formação da cidade tenha sido planejado, diversos atravessamentos políticos, econômicos, culturais e sociais fizeram com que a cidade hoje seja marcada por uma desigualdade socioterritorial, que implica por sua vez a um acesso desigual à infraestrutura urbana, a serviços públicos, à mobilidade urbana, a empregos, e vivenciem de forma diferente barreiras sociais e estruturais para o uso da cidade de forma igualitária por todos os grupos sociais.

Para propor ações assertivas que busquem superá-los, devemos estar atentos para aspectos estruturantes e históricos que sejam transversais e universais, ligados aos princípios de equidade, justiça social, igualdade de oportunidades, liberdades individuais, combate ao preconceito e promoção da autonomia, assim como para aspectos específicos de cada grupo

populacional, ligados às questões de gênero, raça e etnia, condição física, ciclo de vida (faixas etárias), orientação sexual e liberdade religiosa.

Ademais, devemos estar atentos às transformações socioeconômicas pelas quais o país tem passado, que nos apontam questões que merecem atenção diferenciada, como:

- Redução da extrema pobreza: dados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que analisa a década de 2001 a 2011, apontam que houve redução em 50,65% da pobreza entre 2002 e 2009. O maior ganho se deu justamente nas camadas mais pobres: a população que representa os 10% mais pobres teve um crescimento de 69,08% per capita na renda, enquanto os 10% mais ricos tiveram incremento de 12,58%¹². No entanto, a pobreza não se limita ao aspecto monetário, sendo necessário combater outros fatores a ela relacionados, como a baixa escolaridade, a mortalidade infantil, falta de saneamento básico, condições habitacionais precárias e dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos.

- Transformações demográficas: dados do Censo IBGE apontam que houve uma redução da taxa de fecundidade (de 1,95% em 1991 para 1,33% em 2010) enquanto houve crescimento acelerado da taxa de envelhecimento (de 4,69%), e aumento da expectativa de vida (de 68,64 anos em 1991 para 76,37 anos em 2010). Essa alteração das características da população chama atenção para a necessidade de ampliação e desenvolvimento de serviços e ações específicos para a população idosa. Atualmente é executado o programa de Atendimento ao Idoso. Sua expansão para os próximos quatro anos constitui-se como uma ação estratégica para garantir a proteção social dessa população que cresce cada vez mais.

- Concentração da mortalidade por homicídios entre a população jovem e negra: o Atlas da Violência de 2016 denuncia que a escalada da violência continua crescendo no Brasil: em 2014 foi registrado o maior número de homicídios no Brasil, alcançando 59.627 homicídios, o que corresponde a uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,1. Para se ter uma ideia, estas mortes representam mais de 10% dos homicídios registrados no mundo e colocam o Brasil como o país com o maior número absoluto de homicídios. Ainda que Belo Horizonte não esteja entre os municípios mais violentos do país, a cidade apresentou uma taxa de homicídios de 37,66 em 2014, maior que a média do Brasil (29,1). Esses dados assustam ainda mais quando vemos que a morte se concentra entre os jovens negros em nosso país: entre 2004 a 2014, houve um progressivo crescimento na taxa de homicídio de afrodescendentes (+18,2%), e uma diminuição na vitimização de outros indivíduos, que não de cor preta ou parda (-14,6%). Resumindo, temos que para cada não negro que sofreu homicídio em 2014, 2,4 indivíduos negros foram mortos¹³ no Brasil.

12 Fonte: NERI, M. C. Desigualdade de renda na década. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011.

13 Fonte: IPEA. Atlas da Violência 2016.

- Persistência de altos níveis de violência contra mulher: o Mapa da Violência sobre homicídios contra mulheres divulgou em 2015 dados que revelam que os homicídios contra a mulher continuam crescendo no Brasil: entre 1980 e 2013, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio, sendo que o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. Isso corresponde a um aumento de na taxa de homicídios de 2,3 vítimas por 100 mil em 1980, para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%. Nas capitais, foi observada uma leve queda nas taxas, devido ao fenômeno de interiorização da violência. No entanto, os números ainda são preocupantes. Em BH, foi identificada uma taxa de 5,9 homicídios de mulheres (por 100 mil habitantes), acima da média do Brasil, de 5,5 homicídios de mulheres (por 100 mil habitantes)¹⁴.

- Crescimento da violência contra a população LGBT: de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% dos travestis e transexuais têm como fonte de renda a prostituição. Isso os expõe a situações de violência e de vulnerabilidade social. Além disso, o levantamento anual sobre o assassinato de homossexuais, realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) indica que 318 gays foram mortos em 2015 em todo o país, o que corresponde a um crime de ódio a cada 27 horas¹⁵.

- Intensificação do fluxo de imigrantes no território brasileiro: temos acompanhado nos últimos anos o crescimento do fluxo de entrada de imigrantes no território brasileiro, destacadamente haitianos e mais recentemente sírios. Além disso, como capital, BH vive um fluxo já grande de chegada de migrantes nacionais, que também demanda a atenção pública. Esses dados apontam para a necessidade de a prefeitura ampliar os serviços de proteção social para minimizar a situação de vulnerabilidade a que essa população está exposta.

- População de rua: O Terceiro Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte, divulgado pela PBH em 2014, identificou 1.827 pessoas em situação de rua, vivendo em calçadas, praças, baixios de viadutos, terrenos baldios, ou pernoitando em instituições – albergues, abrigos, repúblicas e instituições de apoio. Esse nº equivale a 0,074% da população do município e variou 57% desde o segundo censo de 2005. Frequentemente estão sendo denunciadas situações de violação dos direitos dessa pessoas na cidade, o que demanda uma atenção diferenciada para esse público, que vive situações de extrema vulnerabilidade. Existem hoje em BH 7 abrigos institucionais para população de rua e 1 unidade de acolhimento em situação de pós alta hospitalar, com cerca de 1.000 vagas (Censo SUAS 2015/MDS), localizadas principalmente na região centro sul. Ainda que esse nº pareça alto, ainda é insuficiente para atender a demanda.

14 Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

15 Fonte: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>.

Além disso, faz-se necessário adequar os serviços às reais necessidades da população de rua, respeitando seu modo de vida, ofertando espaço para os animais dormirem, flexibilização dos horários de entrada e saída, lugar para guarda de pertences, dentre outros.

- Caráter cosmopolita de Belo Horizonte: como metrópole e capital do estado, BH atrai grande circulação de pessoas advindas de outras cidades da região metropolitana, do interior do estado e até mesmo de outros estados. Buscar a garantia do direito de todos implica em ser capaz de cuidar da inclusão e criar soluções para que esses cidadãos também possam compartilhar dos serviços necessários para que possam estudar, trabalhar ou se entreter.

As propostas do nosso Plano de Governo voltadas para a garantia dos direitos de todos são pautadas nas seguintes diretrizes:

- Respeito à diversidade e à pluralidade: não podemos perder de vista que cada grupo populacional específico guarda dentro de si uma pluralidade de identidades (como as mulheres negras, mulheres trabalhadoras, mulheres idosas, crianças com deficiência, adolescentes em conflito com a lei, jovens travestis, adultas lésbicas, dentre outros) de forma que as políticas não podem ser homogeneizantes e desintegradas.
- Intersetorialidade, territorialização e transversalidade das políticas sociais: desenvolver um planejamento e gestão coordenados e integrados entre as políticas públicas setoriais, incluindo a pauta dos direitos humanos de maneira transversal e ampliando as ferramentas de monitoramento e avaliação.
- Direito à cidade e à convivência familiar e comunitária: interromper práticas segregacionistas e romper barreiras sociais, culturais, políticas, físicas e econômicas para o uso igualitário da cidade.
- Promoção da participação social e cidadania: fortalecer os conselhos de defesa de direitos existentes, criando oportunidades para a capacitação continuada de conselheiros e ampliando ações de divulgação e mobilização popular para participação nos conselhos, comitês e conferências.
- Garantia de vida saudável e digna: ampliar programas de envelhecimento ativo e saudável, de prevenção à obesidade infantil, ampliar campanhas e ações de combate a toda forma de preconceito, abuso e maus tratos, com foco na população LBGT, crianças, adolescentes e idosos.

A partir daí, apresentamos as propostas do Plano de Governo transversais e específicas para cada segmento populacional:

Propostas:

1. Fomentar a inclusão no currículo escolar das temáticas relacionadas a direitos humanos e diversidade;

2. Desenvolver base virtual de dados sobre direitos humanos, com acervo de material didático virtual e acessibilidade;
3. Instituir um comitê intersetorial, ligado ao gabinete do prefeito, para inclusão transversal da pauta de direitos humanos nas políticas setoriais durante as etapas, de planejamento, monitoramento e avaliação, e para realizar a gestão e monitoramento da implantação dos planos municipais específicos de defesa dos direitos de cada segmento, de maneira articulada e integrada;
4. Criar cursos de formação permanentes em Direitos Humanos voltados para a capacitação de agentes públicos e da Guarda Municipal de Belo Horizonte;
5. Fortalecer ações de combate ao trabalho escravo e da agenda do trabalho descente;
6. Fortalecer ações de combate ao tráfico de pessoas.
7. Criar programa de incentivo à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio de ações conjuntas com SINE (âmbito estadual) para encaminhamento para vagas destinadas a pessoa com deficiência e da criação de projeto integrado de reabilitação e capacitação profissional;
8. Assegurar direito de ir e vir por meio da instalação de rampas nas calçadas e sinalização própria para deficiente visual e outras adaptações e por meio da ampliação da frota de transporte público com condições de acessibilidade;
9. Adequar as rotas de acesso e deslocamento internos em todas as unidades de serviços e atendimento da prefeitura, garantindo acessibilidade;
10. Promover a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos eventos de cultura e lazer, por meio da criação de um programa de transporte gratuito para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, impossibilitado de usar outro tipo de transporte público;
11. Fortalecer os serviços de habilitação e reabilitação para pessoa com deficiência existentes;
12. Realizar capacitação continuada dos profissionais que atuam na rede de serviços específicos para pessoas com deficiência;
13. Fortalecer o Programa BPC na escola, que visa garantir o acesso de crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada à escola;
14. Garantir acessibilidade nos espaços e eventos de cultura, lazer e esportes;
15. Garantir adaptações adequadas nos programas de habitação, respeitando as especificidades e necessidades relacionadas às condições, físicas e intelectuais;
16. Ampliar a rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, incluindo serviços de habilitação e reabilitação, identificação e prevenção de deficiências;
17. Ampliar os programas de atendimento às pessoas com síndromes raras.
18. Criar grupos de convivência nas 9 regionais que possuam acessibilidade e atividades que permitam a inclusão de pessoas com deficiência, com atenção para as necessidades específicas de cada grupo.
19. Fortalecer as ações do Centro Dia para pessoa com deficiência.
20. Reorganizar e fortalecer o serviço de abordagem social e serviço especializado e o serviço dos dois Centros POP existentes (assistência social) e consultório de rua (saúde) à população

de rua, ampliando as ações de reintegração familiar e as ações de tratamento relacionado ao abuso de álcool e outras drogas, respectivamente.

21. Criar mais 2 de unidades de acolhimento para a população de rua;
22. Revisar as regras e metodologia de funcionamento das unidades, com o objetivo de adequar os serviços às reais necessidades da população de rua, respeitando seu modo de vida, ofertando espaço para os animais dormirem, flexibilização dos horários de entrada e saída, lugar para guarda de pertences, dentre outros.
23. Criar projetos de inclusão e promoção socioeconômica da população de rua de forma integrada com os projetos de recuperação de área degradadas da cidade.
24. Humanizar as ações de abordagem da população rua, por meio da realização de capacitação em direitos humanos para os agentes públicos envolvidos nessa atividade. .
25. Ampliar serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias, com atenção para o público migrante.
26. Criar programa municipal de crédito e microcrédito para jovens empreendedores.
27. Criar programa de qualificação e incentivo à formalização de jovens que atuam em setores informais da economia, como DJ's, motoboys, desingners, dentre outros.
28. Criar programa de incentivo à contratação de jovens egressos de medidas socioeducativas de meio aberto e fechado como aprendizes (para jovens entre 16 e 17 anos) e no mercado formal (para jovens maiores de 18 anos), inclusive nas vagas abertas na própria prefeitura.
29. Fortalecer ações de prevenção ao uso de drogas, com foco na redução de danos.
30. Promover 100% de funcionamento do Centro de Referência da Juventude, criado em parceria com o governo estadual, de modo que ele se torne um centro integrado que ofereça e divulgue ações de educação, esporte, ciência, profissionalização.
31. Desenvolver ferramentas de comunicação e participação para a população jovem usando redes sociais, como foca na mobilização, comunicação, articulação, debate e participação via internet.
32. Instituir o "Ponto Jovem", com mostra específica de manifestações culturais e artísticas de jovens, durante a edição anual da Virada Cultural.
33. Realizar mapeamento dos movimentos, associações e coletivos de jovens, para identificação e desenvolvimento de ações que fortaleçam o diálogo e participação na formulação de ações e programas que deem visibilidade à produção cultural e intelectual jovem.
34. Fortalecer os mecanismos de controle social e participação da juventude, por meio do fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude e realização das conferências municipais da juventude.
35. Ampliar ações de incentivo ao empreendedorismo e economia popular solidária de mulheres, principalmente mulheres com baixa escolaridade e baixa renda, por meio de apoio técnico para a gestão e escoamento dos produtos.
36. Realizar campanhas de sensibilização e incentivo para inclusão igualitária da mulher no mercado de trabalho.
37. Realizar campanhas, em parceria com a Câmara Municipal, de promoção da participação na mulher no poder executivo e legislativo.

38. Definir como diretriz, no âmbito do planejamento e execução de todas as políticas setoriais, o respeito à diversidade das mulheres – ciclo de vida, cor, raça, etnia, condição física, cultura, religião, dentre outros.
39. Garantir e monitorar implementação do Plano Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher.
40. Ampliar ações de prevenção e combate à violência contra a mulher, incluindo a capacitação dos agentes públicos e agentes policiais envolvidos no atendimento, orientação e encaminhamento dos casos.
41. Fortalecer articulação com a rede municipal e estadual de proteção da mulher, com foco no desenvolvimento de estratégias para proteção das mulheres que já obtiveram aplicação de medida protetiva.
42. Criar ações de prevenção, responsabilização e rompimento do ciclo de violência, voltadas para os homens agressores, por meio da formação de grupos reflexivos em parceria com ONGs e com o poder judiciário.
43. Ampliar as vagas para proteção de mulheres em situação de violência, em situação de ameaça, juntamente com seus filhos. Hoje existem apenas as vagas da Casa Bem Vinda.
44. Criar campanhas e palestras sobre a temática do envelhecimento, promovendo diálogo entre as diferentes gerações.
45. Ampliar a oferta de Grupos de Convivência conveniados com a Prefeitura para a população idosa, ofertando atividades e garantindo acessibilidade, de acordo com os interesses e as capacidades dos mesmos.
46. Ampliar ações de combate e prevenção à violência contra o idoso.
47. Ampliar ações de práticas educativas de promoção do envelhecimento ativo e saudável, integrando saúde, esporte, recreação, lazer, consciência corporal e autoimagem, por meio do Programa Vida Ativa.
48. Realizar ações de integração dos diversos grupos no Centro de Referência da Pessoa Idosa promovendo ações globais que garantam a unidade dos grupos através de planejamento realizado no Grupo de Trabalho Inter setorial para o idoso coordenado.
49. Realizar ações de educação alimentar e nutricional para promoção da alimentação saudável da população idosa nas instituições de longa permanência de idosos (ILPI).
50. Fortalecer e capacitar de forma continuada dos conselheiros tutelares.
51. Fortalecer o diálogo com o Sistema de Garantia de Direitos e criar protocolos e fluxos para dar maior resolutividade aos casos que demandam a proteção de crianças e adolescentes, tendo os princípios da convivência familiar e comunitária e do respeito a esse público como sujeito de direitos como norteadores dessa discussão.
52. Ampliar repúblicas para adolescentes que completaram 18 anos e devem deixar o sistema socioeducativo e abrigos.
53. Criar mais um CERSAMi – Centro de Referência em Saúde Mental da Infância e Adolescência.
54. Fomentar a participação de crianças e adolescentes nos espaços de participação social, como nos Conselhos, Conferências e escolas municipais.
55. Dar continuidade e fortalecer as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

56. Fortalecer Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
57. Criar a Coordenadoria de Diversidade Sexual, com a principal diretriz de fomentar políticas públicas de equiparação de direitos e cidadania para à população LGBT de Belo Horizonte.
58. Criar o Conselho Municipal LGBT, com o intuito de ampliar a participação efetiva e paritária da sociedade civil e do poder público, no acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento das políticas públicas e das ações da gestão pública municipal.
59. Fortalecer o Programa “BH Sem Homo/Lesbo/Bi/Transfobia”, através do incentivo de elaboração de projetos e a execução de ações afirmativas e pedagógicas no combate à cultura de discriminação e preconceito da população LGBT.
60. Criar o Comitê de Saúde para a população LGBT, na Estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, que promova a saúde integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, dentro de um modelo que atenda as especificidades de cada público.
61. Desenvolver ações de geração de Emprego e Renda para a população LGBT que se encontra em situação de vulnerabilidade social.
62. Fomentar a participação da comunidade LGBT nos espaços de cultura.
63. Tornar obrigatório uso do nome social nos serviços públicos municipais, além do registro escolar.
64. Realizar diagnóstico sobre a ocorrência de situações de violência contra a população LGBT, a fim de orientar o planejamento de ações de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores.
65. Capacitar gestores e servidores públicos como estratégia para superação do racismo e implementação efetiva de programas e ações afirmativas dirigidas à população negra.
66. Implantar as ações do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
67. Promover ações de coleta de informação sobre o quesito raça cor em todos os serviços municipais, a fim de contribuir para a construção de diagnósticos e ações afirmativas de inclusão da população negra.
68. Garantir oferta de programas especiais para prevenção de doenças prevalentes na população negra, como anemia falciforme, miomatose, hipertensão arterial, diabetes, lúpus, entre outras.
69. Criar programas intersetoriais direcionados para a redução da mortalidade precoce da população negra, principalmente relacionada a homicídios de jovens e mortalidade infantil.
70. Criar espaços de comercialização de artesanato e produtos da economia solidária, com foco no escoamento de produtos ligados à cultura afrobrasileira.

11. Participação

A participação cidadã constitui-se hoje como um grande anseio da população brasileira. Os avanços sociais e econômicos alcançados vêm acompanhados pela formação de cidadãos cada vez mais críticos e conscientes de seus direitos. Em um cenário de turbulência política, com vários casos de corrupção e crise do sistema de representação política vindo à tona, mais do que nunca a participação deve ser fortalecida.

Ela corresponde a um instrumento fundamental para que os cidadãos possam exercer o controle social das políticas e criar novos espaços de participação, que precisam ir além do voto de quatro em quatro anos. É preciso que nesses espaços os belo-horizontinos tenham abertura para expor suas demandas, dando direção para a agenda pública e definição de prioridades, e para cobrar do poder público as melhorias necessárias. Devem ser espaços de vocalização não apenas de queixas, importantes para a qualificação continuada das intervenções públicas, mas também de propostas e ideias inovadoras, que deem o rumo e as diretrizes para as ações da gestão municipal.

Ademais, falar em transparência pública e em gestão democrática precisa vir necessariamente acompanhado de uma agenda robusta de fortalecimento das instâncias e canais de participação já existentes, assim como da criação de novos. Assim, é importante ainda que as instâncias de participação contem com ferramentas que permitam o monitoramento das ações e dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, a administração pública deve se preparar para dar conta de absorver e dar respostas tempestivas para as demandas populares, atuando de forma mais integrada e mais flexível, desburocratizando alguns processos .

O desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de informação abre um rol rico e amplo de possibilidades para criação de ferramentas de acesso ágil, simples e tempestivo por pessoas de diferentes classes sociais, gênero, idades e local de moradia. As ferramentas informacionais possuem também grande potencial resolutivo, permitindo que os cidadãos tenham acesso à distância a serviços urbanos básicos, como requisitar reparação de postes de iluminação pública, manutenção de ruas e adequação de horários do transporte público. Precisamos investir no que tem sido chamado de e-democracia, juntamente com a implantação de estratégias de gestão na busca por uma cidade inteligente e democrática.

Belo Horizonte possui uma história rica e de protagonismo na criação de mecanismos de participação popular, com um percurso de mais de duas décadas. Por exemplo, temos que BH foi o segundo município brasileiro a implantar o orçamento participativo, constituindo-se como referência mundial. Atualmente existem diversos programas voltados para o fomento da participação: o Orçamento Participativo; o Planejamento Participativo Regionalizado (PPR); os conselhos e as conferências municipais ; o Fórum de Associações de Bairros; o programa “PBH Mais Perto de Você: Descentralizar para melhor atender”; “Fiscal da Cidade”; e o Programa Cidadão Auditor.

No entanto, alguns dados apontam para a fragilização e perda de fôlego de algumas dessas ideias, destacadamente o Orçamento Participativo. De acordo com informações da PBH, das 1.652 obras aprovadas pelo OP desde 1994, 1.215 foram entregues (73,5%), 34 estão com as obras em andamento (2%), 350 estão em fase preparatória, em licitação, por exemplo, (21%) e 53 estão com pendências judiciais (3%). Desde 2009, das 459 obras aprovadas apenas 71 foram concluídas, o que corresponde a somente 15,4%. A não execução das ações parece estar desmotivando a participação dos cidadãos nesse processo. Dados da PBH apontam que nos últimos anos houve uma queda na quantidade de participantes, mesmo havendo adoção de ferramentas digitais de votação. No OP de 2009/2010 houve a participação de 40.967. Em 2015/2016 esse número caiu para 22.946, uma redução de quase 40% na participação.

Esses dados apontam para a importância de garantir as entregas das obras para renovar essa pioneira experiência participativa de BH.

Por fim, ressaltamos o Planejamento Participativo Regionalizado (PPR). Esse programa é realizado em cada um dos 40 Territórios de Gestão Compartilhada, e corresponde a uma estratégia interessante que será aperfeiçoada. Eles possibilitam a aproximação entre a população e as administrações regionais da PBH.

Propostas:

1. Monitorar e divulgar a resolutividade das questões que chegam à Ouvidoria-Geral do Município, com o objetivo de fortalecer sua atuação;
2. Revitalizar e ampliar os recursos do Orçamento Participativo, em todas as suas modalidades, fortalecendo as ações de mobilização da população e garantindo a entrega das obras aprovadas;
3. Criar o Orçamento Participativo Cultural para definição de 100% dos recursos destinados à cultura que não tenha vinculação legal previamente definida;
4. Dar continuidade e aperfeiçoar o Planejamento Participativo Regionalizado (PPR), ampliando o Expresso PPR;
5. Criar um site da PBH para que a população possa ter acesso e monitorar a implementação das deliberações das conferências municipais;
6. Dar continuidade ao projeto Pró-Conselhos BH, de capacitação continuada dos 24 conselhos de políticas públicas e demais colegiados;
7. Promover o alinhamento entre as propostas e deliberações das instâncias de participação com os instrumentos de planejamento público, como o PPA, LDO e LOA;
8. Criar um programa para regulamentar e incentivar as ações de voluntariado, potencializando as ações que já existem e disseminando uma cultura de solidariedade e engajamento social;
9. Desenvolver um aplicativo voltado para a promoção da participação dos jovens, por do qual eles possam conhecer as ações realizadas para a juventude, os conselhos de políticas públicas, trocar informações sobre a cidade, estimulando a práticas cidadãs e o controle social;

10. Criar o Conselho Popular do Carnaval, visando fortalecer essa linda festa de Belo Horizonte, que resgata a cultura popular do carnaval de rua brasileiro, com a participação dos blocos, escolas de samba e movimentos de bairro;
11. Criar o Conselho Municipal LGBT, com o intuito de ampliar a participação efetiva e paritária da sociedade civil e do poder público, no acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento das políticas públicas e das ações da gestão pública municipal.

12. Gestão Moderna, Eficiente e Transparente

A sociedade, hoje mais do nunca, exige e espera que os governantes prestem serviços com agilidade e qualidade, em sintonia com as demandas de mercado e dos cidadãos em um mundo que se moderniza a cada dia. Tudo isso de forma transparente e buscando resultados efetivos e duradouros que impactem na melhoria da qualidade de vida da população.

Para atender este nível de exigência com agilidade, o governo precisa estar sempre atento, em sintonia e próximo aos cidadãos, com canais de comunicação sempre abertos e funcionando com eficiência. É necessário, também, que o governo tenha uma gestão eficiente, seja capaz de reduzir os custos desnecessários e direcionar os investimentos e esforços para ampliação e melhoria dos serviços com qualidade. O equilíbrio das contas públicas é fundamental para que o governo mantenha sua capacidade de investimento para melhor atender as necessidades da cidade.

Belo Horizonte, na última avaliação, estava na 401ª colocação no Ranking de Transparência do Ministério Público Federal que avalia os municípios e estados do Brasil. Dentre as capitais, BH é apenas a 12ª colocada e entre os municípios de Minas Gerais, aparecemos na 17ª posição, com 9,0 pontos no Índice Nacional da Transparência. Dentre os mais qualificados 123 municípios e 4 estados receberam a pontuação máxima. Este levantamento avalia desde a existência do site de transparência até a qualidade da informação prestada.

Prezar pela transparência, não apenas dos gastos públicos, mas das metas e resultados é imperativo. Da mesma forma, a clareza dessas informações e a facilidade de acesso a elas são elementos ainda mais importantes, para que a sociedade consiga acompanhar de forma adequada o desempenho da prefeitura e o que é feito com seus impostos. Esta iniciativa de informar a população é de fundamental importância para fortalecer a cidadania e permitir a participação qualificada dos belo-horizontinos na construção de uma cidade melhor.

Nada disso é possível, no entanto, sem um corpo técnico qualificado, profissional e valorizado. O trabalho dos servidores públicos municipais é o que possibilita a entrega de serviços e ao atendimento às demandas dos cidadãos com presteza e com a qualidade desejada. A gestão, assim como a de qualquer grande organização, também deve ser profissional, com coordenação explícita e alinhada aos objetivos do governo de curto, médio e longo prazo.

Assegurar a eficiência e otimizar a prestação de serviço público, a cargo do município, pressupõe a qualificação dos nossos servidores. A qualidade desse atendimento, a rapidez e a resposta imediata das ações da prefeitura dependem, e muito, do comprometimento de cada servidor. No entanto, para que um trabalhador preste com satisfação seu serviço, seja no setor público ou privado, é necessário que seja valorizado, que sua carreira seja atrativa e que ele tenha

a certeza que poderá permanecer em sua atividade por longo período, alcançando premiações, promoções e um salário digno, compatível com a função desempenhada. Essa valorização, certamente contribui para alcançar a excelência na prestação de vários serviços prestados pela prefeitura.

Propostas:

1. Valorizar a participação das minorias nos cargos representativos do governo de primeiro, segundo e terceiro escalões;
2. Descentralizar serviços públicos essenciais ampliando o poder de resolução local das Regionais;
3. Fortalecimento das regionais com foco na descentralização da oferta de serviços públicos;
4. Promover o fortalecimento dos conselhos municipais;
5. Realizar diálogos efetivos com a população de forma descentralizada e participativa, com o objetivo de revisar os instrumentos de planejamento de médio e longo prazo da cidade;
6. Ampliar o orçamento participativo do município, dando destaque para a participação na definição de 100% das ações discricionárias da cultura;
7. Dar continuidade aos estudos e projetos para implantação da nova sede do poder municipal na área do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, no centro de Belo Horizonte;
8. Implantar ferramentas para transformar Belo Horizonte em uma cidade inteligente, com sistemas tecnológicos de apoio a gestão, possibilitando monitorar as vias para melhoria do trânsito e da segurança; prevenir catástrofes naturais e situações de emergência; identificar de forma antecipada demandas de saúde, educação e outros serviços;
9. Implantar escritório central vinculado ao Gabinete do Prefeito, responsável pelas atribuições de atração e promoção de investimentos, captação de recursos e Parcerias Público-Privadas;
10. Assegurar o compromisso para melhoria da qualidade dos gastos públicos e com o equilíbrio fiscal;
11. Priorizar soluções alternativas à execução direta pelo poder público quando comprovados o ganho de eficiência, melhoria da qualidade e atendimento pleno dos serviços por parceiros privados ou paraestatais;
12. Aprimorar a divulgação dos dados orçamentários e fiscais no portal da transparência com diversas formas de apresentação dos dados, desde a mais simples e didática, para quem ainda não tem afinidade com as informações até a disponibilização de dados primários para que os usuários possam elaborar suas próprias apresentações e análises;
13. Disponibilizar no portal da transparência todos os indicadores acompanhados pelo estado, de forma didática e explicativa, para que população possa fazer o acompanhamento;
14. Disponibilizar os dados referentes ao acompanhamento e avaliação de todas as ações prioritárias da prefeitura e suas respectivas metas;
15. Tornar público e submeter ao controle da sociedade os tempos de resposta à solicitações de informação pelo portal da transparência, se comprometendo a responder com presteza e clareza as solicitações em prazo máximo de 5 dias úteis;

16. Adequar as ferramentas de transparência do município para atender todos os critérios avaliados pelo Índice Nacional de Transparência do Ministério Público Federal e figurar entre os primeiros colocados do ranking com nota máxima;
17. Utilizar a infraestrutura já existe na cidade, como orelhões, para expansão da rede de internet gratuita em Belo Horizonte – deverá ser dada prioridade às regiões Barreiro, Norte e Venda Nova, de IQVU mais reduzido;
18. Implantar unidade vinculada ao Gabinete do Prefeito responsável por repensar a forma de entrega de políticas públicas e introduzir soluções digitais, aos moldes do Geek Squad nos Estados Unidos;
19. Implantar programa de melhoria constante da qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
20. Implantar política de valorização permanente dos servidores públicos, incluindo o fortalecimento de Política de Desenvolvimento de Competências de premiação por melhores práticas e inovação no setor público e avanço no programa de remuneração variável atrelada ao resultado;
21. Buscar a readequação e recomposição de salários defasados e revisar os planos de carreira dos servidores;
22. Realizar parceria com o Governo do Estado para formação de servidores públicos municipais na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro;
23. Implantar canais de comunicação e negociação permanente com funcionalismo público municipal;
24. Revisar as políticas municipais de gestão de pessoas com o objetivo de melhorar a alocação dos servidores, valorizar o desenvolvimento individual, dar transparência e agilidade na gestão de recursos humanos e melhorar o planejamento e gestão da força de trabalho.